



Anais da Assembléia

Nº 34

CURITIBA, QUINTA FEIRA, 24 DE ABRIL DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados: Fidelcino Tolentino e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental é registrada a presença dos Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúvio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Deni Schwartz, José Domingos Scarpelini, Lázare Dumont, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Sob o nº 20/75 do Sr. Governador do Estado, encaminhando cópia autêntica do Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Estado da Segurança Pública com o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido Município. — *À C.C.J.*

Sob o nº 19/75, do Sr. Governador do Estado, encaminhando cópia autêntica do termo do Convênio celebrado em 2 de abril de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, dispondo sobre as obrigações decorrentes da aplicação dos recursos oriundos do salário-educação, instituído pela Lei nº 4440, de 27 de outubro de 1964. — *À C.C.J.*

OFÍCIOS:

Sob o nº 16/75, do Sr. WOLNEI MARAGNO, Presidente da Câmara Municipal de Maria Helena, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. — *Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.*

Sob o nº 58/75, do Sr. JAIR ACOTANNI STADLER, Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, no qual solicita o apoio integral desta Casa, para retificação e asfaltamento da estrada que liga Palmeira a Ponta Grossa. — *Ao conhecimento da Casa.*

EMENDA:

EMENDA SUPRESSIVA
AO PROJETO DE LEI Nº 216/73.

No artigo 2º, nº I, ~~suprime-se~~ a letra g.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam suspensas as sessões Plenárias de 02 de maio do corrente ano, para que o expediente seja dedicado às Comissões Técnicas da Casa.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1975

a) OTÁSSIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à S. Exa. o Sr. Governador do Estado, apelo no sentido de ser instalada uma circunscrição de Trânsito na Cidade de Santo Antonio da Platina, tendo em vista as dificuldades que vem acarretando à população daquela cidade, que, para as soluções neste setor, necessitam se locomover até o município de Jacarezinho.

Requer, outrossim, que tal apelo seja transmitido aos Srs. Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública e Diretoria do Departamento de Trânsito.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

A criação e instalação de uma circunscrição de Trânsito na cidade de Santo Antonio da Platina, é sem dúvida uma necessidade premente e que urge o imediato atendimento solicitado em nosso Requerimento.

Município com uma extensão territorial de 30 (trinta mil alqueires) e com uma densidade de população de quase 60 (sessenta mil) habitantes envolvendo a existência de quase três mil veículos locais; além do exposto Santo Antonio da Platina é cidade centro do Norte Pioneiro do Paraná, onde afluem quase duas dezenas de municípios constantes daquela Região em busca de Comércio, Hospitais de Atendimento Médico e Dentário.

É justo de alta justiça mesmo, a aprovação e execução imediata da instalação do Departamento requerido por parte do Sr. Governador do Estado.

Esperamos, portanto desta Douta Assembléia Legislativa, a aprovação do presente Requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de seus direitos conferidos por Lei.

Após ouvido o Plenário, seja encaminhado a S. Exa. o Sr. Governador do Estado e aos Srs. Secretário do Estado dos Negócios da Segurança Pública e Diretor do Instituto de Identificação, apelo no sentido de ser instalado, com urgência, um Posto de Serviço de Identificação, na sede do Município de Santo Antonio da Platina.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

Quando observamos que Santo Antonio da Platina é um dos municípios que cresce e desenvolve naturalmente sem ter sido em nenhuma oportunidade sentida a sua existência pelos Governos que passaram por este Estado; NOS orgulhamos mais uma vez em ser Platinense de Alma, Coração e Nascimento, e é por isso mesmo que nesta oportunidade apresentamos mais um Requerimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, pedindo em caráter de urgência a instalação de um Posto de Serviço de Identificação na sede do Município de Santo Antonio da Platina.

Esperamos a aprovação dos Srs. Deputados e naturalmente as providências do Sr. Governador do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, que esta Casa envie Expediente ao Exmo. Sr. Diretor do Instituto de Previdência do Estado, no sentido de ver a possibilidade da criação de uma agência deste Instituto na sede de Marechal Cândido Rondon no menor prazo possível.

O presente pedido é plenamente válido, uma vez que os segurados residentes naquele município tem tido dificuldades quanto ao atendimento a que tem direito. O número de segurados do IPE só no município de Mal. Cândido Rondon ultrapassa a uma centena, não só levando em conta o atendimento melhor que poderá ser oferecido aos segurados de municípios vizinhos que clamam para que como segurados possam gozar dos reais direitos de assistência médico-hospitalar que o Instituto de Previdência do Estado oferece a seus segurados.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) WERNER WANDERER.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 45/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de Utilidade Pública a União Beneficente e Recreativa de Santa Quitéria, com sede nesta Capital.*

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1975.

a) MAURICIO FRUET.

JUSTIFICATIVA:

A inclusa documentação comporva plenamente que a Sociedade União Beneficente e Recreativa de Santa Quitéria presta serviços à coletividade desinteressadamente, e sem intuítos lucrativos e que seus diretores não recebem qualquer remuneração. Assim estão plenamente atendidas as exigências da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, Decreto Federal nº 50.517, de 02/08/61, e Decreto Estadual nº 4.399, de 17/08/61.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebi do distrito de Figueira, município de Curiuva, uma carta subscrita por 15 moradores daquela localidade, vasada nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Deputado.

Nossos Respeitos.

Nós que abaixo assinamos, empenhados numa luta árdua para salvarguardar os interesses do povo de nossa região, e circunvizinhanças, vimos pela presente solicitar de V. Exa. interceder junto às autoridades competentes, no sentido de que o distrito de Figueira consiga aquilo que é nosso anseio, isto é, que se seja concretizado o sonho de todos nós figueirenses e é com apelo que reivindicamos seja criado o nosso município de Figueira, já tanto estudado, pedido e nunca confirmado.

Inclusive, Sr. Deputado, já existe documentação a respeito disso tudo, pois na gestão do Sr. Dr. Libânio Cardoso, houve a confecção de um mapa com delimitação do município entre este distrito e Curiuva.

Há também outras informações de que existe na seção de arquivos da Assembléia Legislativa um projeto de lei que cria o município de FIGUEIRA DO RIO DO PEIXE, cujo assunto naquela época tomou um certa envergadura, sendo até posto em votação tal criação, passando em duas delas por unanimidade para alegria e necessidade que traria ao povo da região.

Infelizmente, Sr. Deputado, só ficou no papel e no arquivo, pois nunca mais se tocou no assunto e o que foi uma lástima, não se sabendo qual o interesse, talvez por algum que deixou de lado a sua capaz conduta de preservar o voto recebido do nosso povo para humilhar outra parte num único intuito de prejudicar os necessitados pela tão grande realização.

Curiuva, nossa comarca, luta para que o nosso interesse atual paralise de vez, pois a dependência econômica daquela é justamente à custa de Figueira, onde aqui temos as Carboníferas, temos a Cia. de Pesquisas de Recursos Minerais, temos a Usina Energética da COPEL, que abastecem, monetariamente, aquela comarca, sem no entanto recebermos o mínimo revertido em benefício de Figueira.

Dói em nossos corações ter que lamentar o sucedido e a verdade dita nunca merece restrições. Nossa desilusão é grande enquanto perdurar este estado de coisas. Nunca ou jamais tivemos uma voz que levantasse a nosso favor, sendo sempre sufocada por um outro interesse.

Temos a certeza e que se Deus quiser, com luta, dedicação e uma causa nobre e muita disposição, estaremos lado a lado combatendo nesta missão espinhosa, mas que haveremos de vencer para júbilo de todos os moradores de nossa região.

No entanto, Sr. Deputado, não medindo esforços queremos deixar bem clara a nossa intenção de lhe agradecer por tudo o que fizer por nós, pois será V. Exa. a nossa única esperança.

Oxalá corra tudo como desejamos e que Deus ilumine a sua caminhada para que Figueira tenha o lugar que merece, contando sobremaneira com a sua inegável qualidade de político sincero e amigo, por isso merecendo de nos todo o respeito e apoio".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é novidade as demagogias que fazem, através dos postos eletivos, os homens que sempre pensaram em esbulhar o pensamento e o sentimento do grande povo paranaense.

Que me perdoe a ausência o ilustre ex-Deputado que passou como parlamentar por esta Casa, por mais uma legislatura. O seu trabalho foi simplesmente caracterizado pelo afã de levar agrado àquela gente que manifesta e comprova o seu direito de ser município. Entretanto, Libânio Cardoso, naquela oportunidade, não sei de que forma, nem porque meio, conseguiu...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que está esgotado o tempo regimental concedido, a V. Exa. e concede-lhe mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — ... conseguiu alcançar que este projeto de lei, tivesse aprovação em duas discussões. E não consta do referido projeto parecer de qualquer comissão competente desta Casa. Esse ex-Deputado fez política com o povo de Figueira do Rio do Peixe.

Vou apresentar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um projeto de lei

nesse sentido. Sei que é difícil, por força própria da Constituição, a criação de municípios. Mas, a Lei nos dá este direito. E iremos formular, embora isso demande tempo, seja uma causa difícil iremos formular um processo propondo a criação do município de Figueira do Rio do Peixe. Porque ali, a fonte de renda corresponde a 70 por cento da renda do município de Curitiba. Portanto, o povo de Figueira do Rio do Peixe tem razão de reclamar que se apresente nesta Assembléia um projeto de lei que o transforme em município.

Sr. Presidente, apresentarei, dentro de pouco tempo, um projeto de lei criando o município de Figueira do Rio do Peixe. Muito obrigado. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos hoje ao Plenário desta Casa, um Projeto de Lei que me permitira ler neste instante. (Lê)

PROJETO DE LEI Nº 44/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1º - A Secretaria de Educação e Cultura fica desmembrada em Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Cultura e Desportos.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Educação será integrada pelos órgãos de natureza e fins constitucionais, competindo-lhe a administração do setor da educação.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Cultura e Desportos será integrada pelos órgãos de natureza e fins culturais, competindo-lhe a administração do setor de cultura.

Art. 2º - O Poder Executivo encaminhará mensagem propondo a criação dos cargos necessários ao funcionamento da Secretaria de Estado da Cultura e Desportos.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA

Na estruturação das organizações, dois critérios norteiam a criação da unidade departamental, *lato sensu*: a identidade de funções e a amplitude de supervisão.

É um princípio verdadeiro quer no campo da administração privada, quer no campo da administração pública. E quer se adote o enfoque sistêmico ou o clássico-formal de organização.

Em termos práticos e por medidas de redução de custo, por vezes se agregam ao mesmo departamento, outras funções que são paralelas às específicas. Mas é uma exceção admissível quando a função não prejudica a administração e o desempenho do departamento no que se deve esperar dele, em sua atividade própria.

As funções específicas de educação, hoje, só por si, pela magnitude de encargos e fins, exige uma especialização e uma dedicação administrativa que não comporta, sem prejuízo, uma acumulação com outras funções embora próximas de seu objetivo. No passado elas foram agrupadas justamente com as de saúde pública em uma mesma unidade administrativas. Mas as exigências de atendimento determinaram a separações. Agora ocorre o mesmo em relação às funções de cultura e desportos. Constituem uma sobrecarga na mesma Secretaria que deve cuidar especificamente da educação - o que é muito já. As funções de cultura e desportos somente não se constituíram sobrecarga na Secretaria de Educação, se para essas funções não se desse a devida atenção. O que não pode querer o poder público.

Por outro lado enquanto cresceram as responsabilidades do Estado com a educação, pela sua importância no desenvolvimento econômico social, cresceram também as responsabilidades do poder público quanto à promoção cultural, propriamente, e dos desportos como áreas integrantes do progresso e bem-estar da comunidade.

Assim é uma necessidade, ditada por princípio de organização racional e de melhor atendimento da administração pública, que se deixe a Secretaria da Educação com as funções específicas de educação, e a Secretaria de Cultura e Desportos com as funções respectivas. E daí a nossa proposição.

Sr. Presidente, nós não temos conhecimento que qual o critério adotado na reforma administrativa do Estado, portanto, não poderemos aqui discutir sobre ela, mas, por experiência pessoal que obtivemos numa Secretaria do Estado, temos impressão de que foi cometido um lapso, porque o setor de Educação e Cultura é por demais amplo e só a educação absorve 99 ou praticamente 100 por cento do Secretário da Pasta da Educação.

No momento em que se procura desenvolver todos os setores, como a cultura e esporte, nós devemos, num critério racional, dar solução para que essas duas funções sejam dadas especificamente a um e outro setor. Por experiência pessoal, também observamos o seguinte: que o Secretário de Educação passa a ser uma pessoa que meramente autoriza os planos ou programas no setor de cultura e esporte, porque não lhe resta, não lhe sobra tempo algum para se dedicar aos problemas do esporte e cultura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, podem verificar que especificamente o setor da cultura só é desenvolvido na Capital, enquanto que o interior fica à margem do que se passa em termos de cultura. No campo do esporte, que é uma necessidade tremenda neste Estado, ao qual tem que se dar uma atenção especial, porque, hoje, atletas nossos estão obtendo medalhas de ouro em competições internacionais, batendo recordes internacionais.

No 1º e 2º graus, nos cursos universitários, cada setor de esporte merece uma atenção toda especial, que só poderá ser atendido como um setor que cuide especificamente do esporte e da cultura. Portanto, acho que esta Casa está apta e tem competência para votar e discutir projeto de lei que divida a atual Secretaria de Educação e Cultura, em Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura e Desportos.

Espero que meus nobres Pares, tanto do meu Partido como da Oposição, estudem este projeto de lei que, tenho certeza, é do interesse do Paraná.

Obrigado. - *(Sem revisão do orador)*

O SR. PRESIDENTE - Temos o prazer de comunicar a presença no Plenário desta Casa do Deputado Federal Nelson Maculan.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado João Cioni Netto.

O SR. JOÃO CIONI NETTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem assistimos o pronunciamento do líder de nossa Bancada, Deputado Ivo Thomazoni, quando dizia ele do trabalho notável desenvolvido junto à Sudesul com referência à erosão no Noroeste de nosso Estado. Acrescentava ele que, com certeza, os Prefeitos daquela região estariam sorridentes com aquela notícia.

Podemos afirmar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eles estão muito satisfeitos. Se assim falamos é porque passamos por uma Prefeitura daquela região, no caso Umuarama, durante três anos e tivemos pequena cobertura com referência ao combate à erosão.

Conseguimos pequena verba da faixa de fronteira naquela oportunidade e conseguimos, com a ajuda popular, com a ajuda das famílias que compõem aquele Município, fazer 38 mil metros de galerias fluviais e lá estão as vossorocas e as ruas intransitáveis à espera de grandes ajudas porque o município não tem condições para pagar aquela vasta obra.

Graças a Deus é chegado o momento do Governador Jayme Canet Junior entender que é obra prioritária e que deve levá-la adiante.

Estamos aqui, de público, e congratulando-nos com S. Exa. o Governador do Estado e estamos aqui, também, congratulando-nos com S. Exa. o líder da Bancada, Ivo Thomazoni, pelo seu pronunciamento.

Peço, através de um requerimento que vou passar a ler neste momento, a atenção prioritária para aquele município a S. Exa. o Sr. Governador do Estado. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Junior, APELO, no sentido de ser o município de UMUARAMA incluído em caráter prioritário, nos projetos do Governo que visam adotar medidas concretas de combate e controle da erosão.

O presente apelo é feito tendo em vista as medidas do Governo, com relação aos municípios do Noroeste Paranaense, assinando convênios com a SUDESUL, as quais repercutiram intensamente em todo o Estado, demonstrando a objetividade e seriedade com que estão sendo enfrentados os problemas do interior Paranaense.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) JOÃO CIONI NETO”.

“O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Júnior, apelo no sentido de ser o município de Umuarama incluído em caráter prioritário nos projetos do Governo, que visa adotar medidas concretas de combate à erosão, naquela região”.

Nossos agradecimentos se fôram entendidos pelas Bancadas Arenista e Emdebista.

Pedimos a colaboração de todos, para que seja aprovado o nosso Requerimento, e nós antecipamos as nossas considerações.

Os nossos agradecimentos a todos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos novamente nesta Tribuna, para, dentro daquele espírito democrático que rege nesta Casa, divergir de dois colegas que vieram à Tribuna expor pontos de vista.

Queremos divergir primeiramente do nosso colega Gabriel Sampaio, quando ele pretende desmembrar uma Secretaria, cuja Secretaria o meu eminente colega e amigo também já teria estado à frente, como Secretário. Àquela época em que o meu eminente colega por 5 ou 6 meses foi Titular numa passagem por aquela Secretaria, da Educação, breve, porém, profícua, Sua Excelência não teve esta lembrança, a lembrança de desmembrar aquela Secretaria, possibilidade que então estava às suas mãos, com todos os elementos necessários para mandar uma mensagem à Assembléia onde a ARENA tinha 38 Deputados que poderiam perfeitamente, dentro de um entrosamento executivo e legislativo, satisfazer a vontade deste nobre e querido colega que é o Deputado Gabriel Sampaio.

O meu voto é contrário a essa aspiração porque todo poder emana do povo, mas todo poder também emana dos seus dirigentes, seus dirigentes constituídos dentro de um esquema Governo Executivo-Legislativo.

Permita-me o nobre colega Gabriel Sampaio, divergir do seu ponto de vista.

Quero também neste momento fazer uma ressalva ao meu querido companheiro, um dos líderes autênticos da minha região, Deputado Lúcio Machado, no que concerne a uma missiva recebida daquele povo ordeiro, trabalhador, de Figueira, quando se tenta tripudiar sobre o nome de um Deputado que honradamente passou três, ou quatro vezes por esta Casa de Leis procurando sempre honrar o seu mandato. Então não podemos ficar calados mesmo que este Deputado tenha sido componente da Bancada oposicionista.

Quero lembrar aos homens de boa vontade do Paraná que, se o Município de Figueira, não foi concretizado, não foi autorizado, e até sofreu um veto dentro desta Casa, é que nós temos um ato complementar, cujo ato pediria licença para ler e, apenas para esclarecer Sua Excelência, nobre e dinâmico Deputado Lúcio Machado, sobre o Ato Complementar nº 1, de 9 de novembro, e isto, nobre Deputado Lúcio Machado, não é que eu faça demagogia a um Deputado que não mais pertence a esta Casa,

apenas estou defendendo uma injustiça quando está praticando uma injustiça contra Deputados que batalharam pelo bem estar do Paraná e do Brasil, eu queria indagar à Presidência sobre os requisitos necessários para a criação do município. E como falou V. Exa. sem demagogia, vamos dar justiça ao povo do Paraná, mas sem demagogia. Então, queremos estar aqui, ao lado deste deputado, que passou por esta Casa, honrando o Paraná, sem fazer demagogia, este deputado sempre lutou pela Arena, sempre lutou pelo Paraná e pela sua gente.

Nobre Deputado Lúcio Machado, aqui se encontra o Ato Complementar que criou, que levou este deputado a criar o município de Figueira do Rio do Peixe, Ilustre representante de Curitiba, estaremos ao lado de V. Exa., estaremos ao lado do povo de Figueira, para fazer justiça sem demagogia. Mas o que não podemos admitir, é que V. Exa. venha neste momento, repudiar um homem honrado e digno, como foi o ex-Deputado Libânio Cardoso. Vou encaminhar à Casa, para que V. Exa. saiba, o Ato Complementar nº 1, que é necessário para a criação do município. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ilustre Deputado Gabriel Manoel veio à Tribuna hoje com a intenção de caracterizar a nossa função parlamentar desconhecida de fatos que aqui denunciamos. Quando levamos ao conhecimento dos Srs. Deputados e do Sr. Presidente, que iremos em oportunidade bem próxima apresentar um projeto de lei que não tenha sentido demagógico, mas sim que seja altamente objetivo, buscando a criação do município, a transformação do município de Figueira do Rio do Peixe, sabíamos de antemão da necessidade de respeitarmos e darmos provimento à lei complementar. Nós não acusamos o Dr. Libânio Cardoso, ex-parlamentar desta Casa, sem o direito de acusar. Nós dissemos e confirmamos com a cópia do Projeto de Lei que se encontra em nosso poder, que projetos de lei, têm que corresponder efetivamente aquilo que realmente pretende alcançar e na fórmula que se foi montado o projeto há quatro anos passados, pedindo a criação daquele município, não foi mais nem menos do que demagogia política em época de eleições.

— (Assume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

OSR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lúcio Machado, ouvimos com atenção sua defesa, sua oração. Concordamos plenamente, achamos óbvio e, como diz o Deputado Maurício Fruct, “ululante”, que Figueira seja guindada a município.

Não concordamos é em ver V. Exa. assomar à Tribuna, como um colega que admiramos, e procurar jogar sombra nos atos de um colega nosso que por aqui passou, assim como V. Exa. e como eu estamos aqui de passagem. Veja V. Exa. que o autor deste projeto pretendia, como pretende V. Exa. neste instante, a elevação do distrito de Figueira a município. Porém forças outras que são normativamente aplicadas pelos atos institucionais nº 1 e nº 46, cercearam aquele deputado de ver sua querida terra, de que carregava 70 por cento de seus eleitores, elevada a município.

Quero dizer a V. Exa. que não podemos tolerar injustiças, não podemos ver um amigo particular nosso, embora ausente, ser injustiçado, por V. Exa. que, talvez menos avisado, faça um injustiça que não é de seu feito. É por isso e outras coisas que queremos lhe dar um brado de alerta para que não pratique uma injustiça V. Exa., dentro do espírito combativo e ferrenho de luta pelo Paraná e sua gente, deverá fazer pesquisas necessárias para que não se jogue lama no nome honrado de um deputado que por aqui passou e que, para felicidade de nossa Casa e do Paraná, pertenceu ao nosso escalão. Por este motivo quero, com a devida vênia, discordar de seu ponto de vista. Se o distrito de Figueira não foi elevado a município não houve culpa desta douta Casa. Houve culpa de um processo é este processo não é estadual, não é da vontade da Assembléia ou do Governo do Estado. É um processo que abrange toda a federação brasileira e quero me permitir estar com V. Exa., se necessário for, colaborando para que Figueira seja guindada a Município. Sem demagogia, estarei à sua disposição, Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Provarei ao nobre Deputado Gabriel Manoel na presença dos ilustres Srs. Deputados ou submeterei a julgamento

to da douta Assembléia Legislativa do Estado, a forma em que foi elaborado o projeto de lei do Deputado Libânio Cardoso em 1963, pedindo a criação do município de Figueira e que está assim redigido: (Lê):

"PROJETO DE LEI Nº 273/63

Art. 1º — Fica criado o município de FIGUEIRA DO RIO DO PEIXE, desmembrado do de Curiúva e Sapopema, na localidade do mesmo nome e divisas seguintes: começa na cabeceira do Córrego do Veado, donde desde até a sua foz, no Rio Laranjinha, daí, sobre o referido Laranjinha até a foz do Ribeirão do Pelado; daí, sobre este até a foz do Arroio da Casa de Pedra, e por este até sua cabeceira, donde, em linha reta e seca, alcança a barra do Arroio Taboão ou Cachoeirã, e deste até alcançar a cabeceira do Ribeirão Areia Branca, donde desce até sua foz no Rio das Pedras, subindo este até sua cabeceira mais alta, donde desce pelo divisor de águas em sentido Noete, até alcançar a cabeceira do Córrego do Veado.

Art. 2º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Antes da lei complementar, havia a necessidade de ação plebiscitária. Havia necessidade que se fizesse um plebiscito, como justificativa, para a criação de um município. E essa ação não consta do projeto. Como também não consta, nem sequer pareceres das comissões competentes para que o projeto pudesse ter vindo à Casa, para debate em 1ª e 2ª discussões.

Naturalmente, Dr. Libânio Cardoso cumpriu seu dever como bom parlamentar nesta Casa, mas falhou no instante que usou de demagogia para apresentar este projeto, sem estrutura. Simplesmente, apresentou-o nas proximidades das eleições, quando o povo daquela região depositou nele sua confiança.

Esta a resposta, Deputado Gabriel Manoel. Não procuramos diminuir, nem procuramos diminuir, a quem quer que seja, nem no presente, nem no passado.

Mas, procurarei usar deste meu mandato parlamentar para dizer a verdade, quantas vezes essas verdade necessite ser dita.

Mas, Sr. Presidente, a minha finalidade, ao usar da palavra, no Grande Expediente, é completamente diferente dos debates que iniciamos, por falta de entendimento do nobre Deputado Gabriel Manoel.

Inscrevi-me, no Grande Expediente, para falar sobre fatos relacionados com a Secretaria da Fazenda e apresentar um trabalho fazendo sugestões ao Departamento de Finanças daquela Secretaria, com referência à cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias que tantos prejuízos tem dado, que tanto tem onerado não só os contribuintes mas também a própria Fazenda do Paraná.

Sabemos que, há anos passados, a Secretaria da Fazenda do Estado promoveu um trabalho de esclarecimento a contribuintes e contadores, às empresas em geral. E esse curso deu, realmente, resultados efetivos, diminuindo o número de multas, e proporcionando o melhor cumprimento do dever tributário por parte dos comerciantes.

Esse trabalho da Secretaria da Fazenda daquela época, foi um verdadeiro trabalho de divulgação e se estendeu às escolas primárias, particulares e públicas, às escolas secundárias e até aos cursos superiores. Foi um trabalho efetivamente bom.

Entretanto, passado aquela época, a sistemática do ICM foi arrojado cada vez mais. E com a criação da CELEPAR que, com seu sistema de computação pensava-se resolver, em tempo recorde, o problema da arrecadação da Fazenda.

Mas, sabemos perfeitamente que não são os contadores, são os contribuintes, são os contribuintes obrigados a pagar multa em sua firma, porque ao chegarem aqui para computação, essas guias de informação, às vezes, não tinham colocado um "x" num item qualquer. Embora isso não viesse a prejudicar os interesses da Fazenda Pública, a CELEPAR devolve essas guias ao contribuinte e a Fazenda manda tributá-lo com uma grossa multa. É uma injustiça, porque as empresas pagam o ICM, a toda hora, a todo momento, elas, sem dúvida alguma, é que colaboram com a parte mais alta de toda arrecadação deste Estado.

O SR: GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Só queria fazer uma indagação a V. Exa., para orientação nossa, se V. Exa. acha ou sabe, ou tem noção dos requisitos necessários para elevação de um distrito a município. Perguntaria a V. Exa. quantos habi-

tantes tem o famoso distrito de Figueira. Quantos estabelecimentos bancários tem aquele distrito?

Passarei a ler a V. Exa., roubando seu tempo precioso, o ato que dispõe sobre a elevação de distrito a município, porque não queremos que esta Casa se torne palco de demagogia, porque esta Tribuna que V. Exa. está usando no momento, não é minha, não é sua, mas pertence ao povo. Então, é possível, V. Exa. me responda, assim a grosso modo, se o distrito de Figueira preenche os requisitos dentro do esquema do Ato Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967. "Do processo de criação de Municípios — Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos: I — População estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado; II — Eleitorado não inferior a 10 por cento da população; III — Centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas); IV — Arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos. Não será permitida a criação de município, desde que esta medida importe, para o município, desde que esta medida importe, para o município ou municípios de origem, na perda dos requisitos, para os exigidos nesta lei".

E mais uma série de tópicos, e por esse motivo foi vetado o projeto do ex-Deputado Libânio Cardoso, seu colega de partido, meu colega de partido, porque naquela época, em 1963, V. Exa. era Prefeito pelo glorioso Partido Trabalhista no Município de Santo Antonio da Platina e nós, Prefeito também pelo PTB, do município de Joaquim Távora, quando lutávamos, ombro a ombro com aquele Deputado, e V. Exa. vem, hoje, tripudiar sobre o nome honrado desse nosso companheiro de partido. Por isso, quero dizer a V. Exa., que há necessidade do distrito possuir essas condições para passar a município. Pergunto a V. Exa., se tem conhecimento, a posteriori, de condições para o distrito de Figueira ser guindado a Município.

O SR. LÚCIO MACHADO — Quero dizer ao nobre Deputado que o Ato Complementar nº 46, dá a ação permanente e perfeita de como se deve proceder para buscar a criação de município.

Quero dizer ainda a V. Exa., com o mais alto e devido respeito, que sempre foi de minha formação primeiro estudar para depois aplicar.

Fique certo S. Exa. que meu projeto de lei solicitando a criação do município de Figueira, desmembrando do município de Curiúva, será apresentado dentro dos requisitos, exigidos, será discutido por esta Casa, por V. Exa. e por todos os Srs. Deputados.

Não se preocupe que haveremos de trazer um projeto de lei, da maneira como deve ser feito, pedindo a criação do município de Figueira.

Apresentamos nesta oportunidade um Requerimento ao Sr. Secretário da Fazenda dos Negócios do Estado, oferecendo sugestão sobre a sistemática do ICM.

O Requerimento está vasado nos seguintes termos, Sr. Presidente: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei, e considerando que:

A Guia de Informação e apuração adotada pela Secretaria dos Negócios da Fazenda do Estado, para fins de tributação do Imposto sobre mercadorias "ICM", na Repartição Fiscal, do domicílio do contribuinte, após passar por diversas opções e em todas elas sofre o trabalho de confecção de Listagens, protocolando-as com características de Oneração, abusadas ao herário Público do Estado, devido a tramitação que por tudo, observar ser desnecessária, embora queira a Secretaria confirmar ser a mecânica, adotada fórmula Racional Vigente para o encaminhamento das mencionadas Guias.

Considerando que: nos causa espécie, e muitos problemas às empresas e à laboriosa Classe dos Contadores, o fato de o CELEPAR após conferência das Guias recebidas, notando a simples falta de um "x" num espaço vazio, fato que ao nosso ver; não caracteriza dolo ou fraude, muito menos qualquer outro artifício, que poderia se considerar como recursos para Sonegação ou Omissão de Registros para os fins de recolhimento do ICM.

Considerando que: as devoluções das mencionadas Guias por parte do CELEPAR ao contribuintes, pelo simples fato da falta de colocação

de um "x" no espaço em branco, acarreta a devolução da Guia de contribuintes tendo a mesma que retornar pelos mesmos canais nos quais foram encaminhados, acarretando entre outros, os seguintes problemas:

a — Arrigimentação de Funcionários da Secretaria, que se transformam em verdadeiros ESTAFETAS para levarem as Guias Recusadas pelo CELEPAR de Departamento em Departamento, até chegar às mãos do contribuinte.

b — O bloqueio econômico que sofre as Finanças da Fazenda usando funcionários de gabarito na maioria das vezes, arrebatando-os, das repartições que os mesmos servem, com prejuízos consideráveis na ordem administrativa da repartição onde se encontram lotados.

c — Oneração ao contribuinte, de forma não prevista pelo mesmo, com Multa que corresponde a um Salário mínimo vigente simplesmente, porque a Guia não foi aceita pelo CELEPAR. Considerando que: a. Fazenda do Estado deve adotar a Programática de outras Congêneres existentes no País, estabelecendo condições de treinamento aos proprietários, sócios, cotistas de empresas; usando, além dos mais diversos organismos de Classe, com prioridade, a Associação Comercial, os Sindicatos e o Conselho Regional de CONTADORES, afim de que, as Firms sujeitas do pagamento do ICM não sintam desestimuladas em cumprir as suas obrigações Fiscais, já que desconhecem por falta de orientação da própria Secretaria da Fazenda que a simples falta de um "x" no espaço vazio do formulário, corresponde a uma despesa imprevista no valor da Multa que é de um Salário Mínimo.

Considerando que, apesar de ser respeitável a consideração da própria Fazenda do Estado, no afirmar que a mecânica usada, embora seja cara, é o custo da implantação de um sistema que não deixa dúvidas quanto ao seu funcionamento, porque pelo Sistema de computação de dados obtém-se os resultados em tempo Record.

Considerando que, ainda seria justo, de alta Justiça, mesmo, que o Senhor Secretário das Finanças do Estado como homem de empresa que é, e que sempre sentiu como contribuinte que as razões de nossas considerações são acima de tudo, pedido de Justiça, em favor da laboriosa Classe de comerciantes, que muitas vezes encerram suas atividades. "Principalmente os pequenos" por falta de condições em arcar com as imposições Fiscais havendo mesmo, quase que constantemente as demagógicas Leis Legislativas, pedindo a clemência da Anistia Fiscal a contribuintes que por falta de esclarecimentos foram obrigados a vincular-se com Políticos para obter insenção das dívidas Fiscais ao Estado.

REQUER

O encaminhamento da seguinte sugestão ao Senhor Secretário dos Negócios da Fazenda.

I — que se institua nos moldes da Delegacia da Receita Federal Plan-tão Fiscal nas agências de Rendas do Estado para fins de orientação aos contribuintes.

II — que se promova cursos de orientação aos contribuintes e Contadores em todo o Estado do Paraná, orientado sobre a Sistemática do CELEPAR com referência ao processamento de dados.

III — que, quando omissões forem verificadas nas Guias, o CELEPAR intime o contribuinte a comparecer no prazo não superior a 15 dias por si, ou por seu Contador na sede dos computadores para corrigir o erro da omissão indicada, e que tal intimação seja efetuada através do correio, em carta registrada.

Requer ainda: pronunciamento de Vossa Excelência o Senhor Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, sobre a condição ou não de acatamento e as sugestões formuladas no presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) LÚCIO MACHADO".

— (Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a instituição de plantões de orientação aos contribuintes, principalmente aos contadores que prestem serviço às empresas, é acima de tudo uma necessidade porque, através desses plantões de informações, traz-se o conhecimento, principalmente aos contadores, do complexo, da exigência do CELEPAR no ato da verificação das guias agora apresentadas. Os cursos de orientação aos contribuintes e contadores devem ser efetuados e os recursos estão aí, nas mãos da Secretaria

da Fazenda, usando a Associação Comercial que tem em todos os municípios do Paraná os seus escritórios mantidos, usando os sindicatos que hoje em quase todos os municípios do Estado existem, usando também todos os outros meios necessários para que o contribuinte não via subjogado a um engano, à falta de conhecimento de sua própria responsabilidade fiscal e, quando essas omissões, forem verificadas, omissões que não acarretam em absoluto nenhum prejuízo aos interesses do Estado, omissões representadas simplesmente por falta de um pequeno X num quadrículo vazio do cartão do CELEPAR, ao invés de aplicarem multa ao contribuinte, ao invés de deslocarem funcionários das suas repartições para agiram como estafetas, andando de secção em secção para verificar este erro simples, para depois levar a multa ao contribuinte, deste pequeno erro no valor de um salário-mínimo, que, ao invés disto, o CELEPAR seja autorizado a intimar não através de um estafeta, não através desse serviço de mão em mão, mas, através do correio, por carta registrada às firmas, aos seus contadores, para que vão eles até a CELEPAR e, lá, façam a sua, correção, evitando prejuízos à sua economia, na ordem de quase 400 quatrocentos cruzeros.

É a falta de perceptividade, porque nós, como comerciantes sempre sentimos que quando nos dirigimos a uma repartição do Estado para uma informação necessária naturalmente, sempre foram negadas estas informações. Parece feita de uma forma até violenta, a forma de multar, de negar o próprio objetivo do contribuinte. Parece que o que querem mesmo, é repudiar, é reprimir o direito desta classe valorosa que é a classe dos comerciantes.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o meu Requerimento mereça o apoio de V. Exas., porque ele vem naturalmente dar pelo menos parte da solução do problema que é de grande seriedade, problemas que já fez o encerramento violento das atividades dos nossos comerciantes, de milhares de comerciantes do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Supressiva ao projeto de Lei nº 216/73, de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do Expediente. Necessita de apoio. — *Apoiado*. Será anexada ao Projeto.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — *Apoiado*. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da Tribuna. Necessita de apoio. — *Apoiado*. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, requiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, porque segundo me parece não há quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 36 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão e consequentemente votação da matéria da Ordem do Dia.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Del Ciel)

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 17/74, de autoria da Co-

missão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 45/74, que aprova, Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Barbosa Ferraz, Caieira e São Carlos do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — *Aprovado.*

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 53/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Quatro Barras, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante a aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas Orçamentárias do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. *Aprovado.*

3ª — DISCUSSÃO do Projeto de Resolução n.º 25/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 54/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, objetivando a construção de um complexo Penitenciário Agro-Pecuário-Industrial na região Norte do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — *Aprovado.*

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 131/74, de autoria do Dep. Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo criar na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da Cidade de Jacarezinho, um Curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. *EM REGIME DE URGÊNCIA.* — *Aprovado.*

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos Autores, Editores e Impressores que publiquem obras no Estado do Paraná, de remeterem à Biblioteca Pública 2 (dois) exemplares das ditas obras conforme especifica e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J., *EM REGIME DE URGÊNCIA.* — *APROVADO.*

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 191/74, de autoria do Poder executivo, Mensagem n.º 76/74, que objetiva majorar as Tabelas das Funções Gratificadas dos Funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. *EM REGIME DE URGÊNCIA.* — *Aprovado.*

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 117/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com os Municípios que especifica, objetivando construção de prédios para Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas naquelas comunas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 199/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com os Municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios. Parecer favorável da C.C.J. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 199/74, que aprova

Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas e o Município de Pérola, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município. Parecer favorável da C.C.J. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 216/73, de autoria do Dep. Jorge Sato, que disciplina a Função de Despachante perante a Secretaria de Segurança Pública, exceto o DETRAN, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P. — *Sobre o referido Projeto, foi apresentado Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, no seguinte teor:—*

“Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por dez (10) Sessões, do Projeto de Lei n.º 216/73.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975

a) TRAJANO BASTOS”

Em discussão o Requerimento. Em votação. — *Aprovado.*

Conseqüentemente, o Projeto de Lei n.º 216/73, fica retirado da Ordem do Dia, por 10 Sessões.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/74, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), com sede na Cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da C.C.J.

Sobre o referido Projeto, há um Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, no seguinte teor:

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a retirada, por trinta (30) Sessões, do Projeto de Lei n.º 127/74.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1975

a) JORGE SATO”

Em votação o Requerimento — *Aprovado.*

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157/74, de autoria do Dep. Antônio F.F. da Costa, que declara de Utilidade Pública, o 1.º de Maio Esporte Clube da Cidade de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. — *Aprovado, artigo, por artigo.*

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 258/73, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura, através do

Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino e Planejamento Educacional. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — *Aprovado*.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 28 de abril 1973, entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental, a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino e Planejamento Educacional.

Art. 2º Esta Resolução — entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

aa) PAULO CAMARGO — Presidente
WILSON FORTES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

À PROPOSIÇÃO Nº 258/73

1— A proposição ora em exame, constitui-se da Mensagem Governamental nº 102/73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado em 28 de abril de 1973, entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental, a Secretaria de Estado dos Negócios do Estado do Paraná, para Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino e Planejamento Educacional.

2— Com a iniciativa de propor a medida antes referida, está o Senhor Chefe do Poder Executivo, exercitando competência que lhe é deferida pela Constituição do Estado — art. 47, inciso IX, e por força do art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe a este Poder referendar o aludido Convênio, o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de março de 1974.

aa) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente
WILSON FORTES — Relator

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os autos de Projeto de Resolução nº 01/74, ex-Proposi-

ção nº 258/73, que aprova convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para assistência técnica aos sistemas de ensino educacional, cuja cópia autêntica de inteiro teor foi encaminhada ao Poder Legislativo, para referendo, através da Mensagem Governamental nº 102/73, de 06 de novembro de 1973.

2. Sendo do mais alto e relevante interesse público conforme se vê do próprio texto do convênio celebrado e considerando-se que as implicações de ordem financeira que advirão de sua aprovação são as naturais para tal tipo de cometimento administrativo, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Resolução em testilha. —

Pela Aprovação, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1974

QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
JOÃO C. FADEL — Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1/74

PARECER

De autoria da Douta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Resolução ora submetido à deliberação desta Comissão, visa aprovar os termos do Convênio celebrado em 28 de abril de 1973, entre o Ministério de Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental, a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, para a Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino e Planejamento Educacional.

A Douta Comissão de Finanças, em brilhante parecer de seu relator aprovou a medida pleiteada.

No âmbito desta Comissão, nada há a opor à tramitação normal do Projeto.

Assim, sendo, opino pela sua APROVAÇÃO, sem qualquer contestação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975

aa) — ROSÁRIO PITELLI — Presidente
— NELSON BUFFARA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 27/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 118/74, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública com os Municípios de Bocaiuva do Sul, Icaraima e Quedas do Iguaçu, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — *Aprovado*.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Bocaiuva do Sul, Icaraima e Quedas do Iguaçu, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
NELSON BUFFARA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

À PROPOSIÇÃO Nº 118/74

É submetido à apreciação da Casa, Mensagem do Poder Executivo, transformada na presente Proposição, que pretende a aprovação para os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os municípios de Bocaiuva do Sul, Icaraima e Quedas do Iguaçu, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Cumpra, assim, o Senhor Governador determinação constitucional, eis que os Convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto dos tratados diz do interesse público, da matéria, por isso o meu parecer é favorável, nos termos do Projeto de Resolução em anexo.

Pela aprovação
Sub-censura.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
NELSON BU-FARA — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

P A R E C E R

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/74

O Projeto já foi aprovado nas Comissões de Justiça e Finanças, as

quais analisaram os aspectos, legal e financeiro.

As verbas orçamentárias dos Municípios também prevêem a aplicação neste setor, como as dotações do "FUNRESPOL

II — Assim sendo somos de parecer favorável a aprovação do mesmo pois sobre o aspecto que compete a esta Comissão para opinar nenhum impedimento existe que possamos antepor ao Projeto.

Sala das Comissões, em 2 de Dezembro de 1974

aa) BELINATI — Presidente
ARTHUR DE SOUZA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/74

P A R E C E R

O Projeto de Resolução em epígrafe, apresentado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, oriunda-se da Proposição nº 118/74 e visa aprovar os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e os Municípios de Bocaiuva do Sul, Icaraima e Quedas do Iguaçu, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica.

Sob o aspecto financeiro, motivo de exame por parte desta Comissão, nenhum óbice insurge a tramitação normal do Projeto.

Face o exposto, opino pela APROVAÇÃO

É o parecer

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1974

QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
QUIELSE C. DA SILVA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 05/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 226/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública com os Municípios de General Carneiro Martins, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, aplicando dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 05/75

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 23 de Setembro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Se-

gurança Pública com os Municípios de General Carneiro e Inácio Martins, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicações de dotações do FUNRESPOL e de verbas orçamentárias dos referidos Municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1975

a) IVAN S. RÜPPEL —

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

A PROPOSIÇÃO Nº 226/74

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 80/74

I— A presente Proposição oriunda da Mensagem Governamental nº 80/74, objetiva o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia dos Municípios de General Carneiro e Inácio Martins, através de Convênio firmado em 23 de setembro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e os referidos Municípios.

II— Firmar Convênios é competência do Poder Executivo, conforme determina o artigo 49, inciso IX, da Constituição do Estado do Paraná e a esta Casa de Leis cabe referendá-los por força também de dispositivos constitucionais.

III— Assim sendo, julgamos a presente Proposição Constitucional, legal e sem implicações outras e portanto nosso parecer é favorável na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1975

aa) — ACCIOLY NETTO — Presidente
IVAN RÜPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 13/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 09/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Matinhos e Nova Esperança, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica.

Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/75

R E S O L V E

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Gover-

no do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Matinhos e Nova Esperança, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido de fornecimentos de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente
LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

A PROPOSIÇÃO Nº 09

Para dar cumprimento ao item VII, do Artigo 22, da Constituição Estadual, o Senhor Governador do Estado encaminha a esta Casa, Mensagem, transformada na presente Proposição, afim de colher aprovação para os convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública e os Municípios, de Matinhos e Nova Esperança, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de Verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O parecer é favorável nos termos do Projeto de Resolução, anexo.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente
LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 18/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 225/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica.

Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E : —

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em data de 9 de ou-

tubro de 1974, entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 3 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente
ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18/75

Capeada sob nº 225/74, a proposição em estudo, pleiteia por mensagem governamental, a anuência deste Poder Legislativo para convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Nossa Senhora das Graças.

Objetiva tal convênio estabelecer "Normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante a aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município".

A Mensagem obedece aos dispositivos constitucionais que disciplinam a matéria, estando assim em condições de merecer tramitações normais.

É o parecer.

aa) — ACCIOLY NETTO — Presidente
— ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 24/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 192/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Tapejara, objetivando implantação de complexo de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia, no referido Município.

Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E : —

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo

do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e o Município de Tapejara, objetivando a implantação de complexo de radiocomunicações de fonia e telegrafia, no referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975

aa) — ACCIOLY NETTO — Presidente
— ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 192/74

Para dar cumprimento ao item VII do artigo 22, da Constituição Estadual, o Sr. Governador encaminha mensagem, transformada na presente Proposição, afim de colher aprovação para o Convênio firmado entre o Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança Pública, com município de Tapejara, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicações de fonia e telegrafia do referido município.

A matéria é legal e o parecer é favorável, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente
ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 165/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública, a Associação da Escola Internacional de Curitiba, com sede e foro nesta Capital, Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 165/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1974.

a) IGO LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA é uma entidade de caráter exclusivamente educacional, caritativo e literário, sem fins lucrativos, que se encontra devidamente registrada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba, no Livro "A" sob o nº 433, em 1º de agosto de 1969, os membros da Diretoria não percebem qualquer remuneração e todos os seus recursos são aplicados nos fins estatutários.

A ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA, tem prestado grandes e relevantes serviços, principalmente aos estagiários que residem em nosso Estado, filhos de diplomatas, industriais e comerciantes que aqui tem sua residência temporária.

Dá o grande trabalho que realiza esta benemérita instituição que merece ser declarada de Utilidade Pública.

Espero assim, seja o mesmo unanimemente aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 177/74, de autoria do Deputado

Aguinaldo Pereira Lima, que declara de Utilidade Pública a Tenda Espírita Mãe Margarida, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — *Aprovado*.

PROJETO DE LEI Nº 177/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Tenda Espírita Mãe Margarida" a sociedade civil de caráter religioso-filantrópico, sediada nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

JUSTIFICAÇÃO:

A entidade ora contemplada com a proposta de reconhecimento de Utilidade Pública, reúne os requisitos da legislação que rege a espécie conforme se pode verificar do Estatuto e da Certidão do 2º Ofício de Registro de Título e Documentos, da Capital.

Por eles se verifica a natureza filantrópica da sociedade, a gratuidade do exercício dos cargos diretivos e o tempo de funcionamento superior ao mínimo estabelecido, o que garante ao projeto uma tranquila aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 177/74

Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Aguinaldo Pereira Lima, declarar de Utilidade Pública a "Tenda Espírita Mãe Margarida" com sede nesta Capital.

Dos estatutos da sociedade verifica-se ser a mesma de finalidade "religiosa-filantrópica" que sua diretoria não perceberá remuneração (art. 8º, § único), e que referidos estatutos estão devidamente registrados (certidão do 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos).

Foi observado o prazo legal de funcionamento.

Em tais condições, somos de parecer pela *APROVAÇÃO* do Projeto ora em exame.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

DACIO LEONEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr.

Deputado Otássio Pereira, solicitando sejam suspensas as Sessões Plenárias de 2 do corrente, para que o expediente seja dedicado às Comissões Técnicas da Casa. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (para encaminhar a votação) Sr. Presidente, é do conhecimento da Casa, de que apresentamos uma

proposição suspendendo as sessões das sextas-feiras, ficando reservado o tempo às Comissões Técnicas, cuja proposição, em regime de urgência, não sabemos onde se encontra, e, por este motivo, votamos contra este regimento suspendendo a sessão de sexta-feira, porquanto já existe uma proposição que atinge justamente este dia. Por este motivo, votamos contra este requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência fará consulta ao Presidente efetivo da Casa, pedindo vistas ao Requerimento de autoria de V. Exa.

Esta Presidência esclarece ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que no que se relaciona com a sua questão de ordem, a matéria focalizada na oportunidade tramita pelas Comissões Técnicas, a de V. Exa. que tem um objetivo, e posteriormente será analisado pela Casa.

O presente Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira suspende, tão somente, a sessão plenária da próxima sexta-feira, dia 2 de maio, para que os membros das Comissões Técnicas possam se reunir e dar andamento ao grande número de matérias que se encontram em poder dos membros, para que possamos analisá-las em Plenário.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, quero agradecer a atenção da Presidência e parece que existe um entendimento entre as duas lideranças com referência ao assunto.

Por este motivo, o que dissemos agora retiramos e acompanhamos a matéria que suspende a sessão plenária no dia 2 de maio próximo.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento. — *Aprovado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário das Finanças, sugestão sobre sistemática do ICM. — *Aprovado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser o município de Umuarama incluído em caráter prioritário, nos projetos do governo, que visam adotar medidas concretas de combate e controle da erosão. — *Aprovado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Segurança Pública e Diretor do Instituto de Identificação, consubstanciados em apelo no sentido de ter instalado, um Posto de Serviço de Identificação, na sede do município de Santo Antonio da Platina. — *Aprovado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser instalada uma Circunscrição de Trânsito, no município de Santo Antonio da Platina. — *Aprovado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Superintendente do IPE, no sentido de ver da possibilidade da criação de uma agência do referido Instituto, na sede do município de Marechal Cândido Rondon. — *Aprovado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que seja autorizado o funcionamento da Faculdade de Filosofia de Ibiti, já solicitada àqueça Pasta. — *Aprovado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da Tribuna na Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a convocação do Sr. Secretário do Interior, para, em Plenário, prestar informações sobre a propalada transferência do controle acionário da Telepar para a Telebras. — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, datado de 13 de março, solicita informações à Diretoria da TELEPAR, e este mesmo expediente foi posteriormente reformulado e regimentalmente encaminhado a S. Exa. o Sr. Secretário do Interior, através de expediente da Assembléia Legislativa, protocolado sob o nº 458/75 em data do dia 4 do corrente mês. Este expediente, sr. Presidente, foi protocolado no dia 7 do corrente mês na Secretaria do Interior. Ontem, quando S. Exa. pretendeu através de expediente que é objeto de deliberação do Plenário convocar S. Exa. o Dr. Noel Lobo Guimarães para prestar informações nesta Casa, a liderança teve oportunidade de verificar onde se encontrava o Pedido de Informações anterior, do autor deste Requerimento.

Deve a liderança informar à Presidência e aos Srs. Deputados que dentro do prazo constitucional, o Governador do Estado deverá encaminhar expediente respondendo as indagações formuladas em 6 itens, pelo Deputado Osvaldo Macedo.

Quer me parecer, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que estando o Governo do Estado providenciando o encaminhamento de expediente através do qual pretende esclarecer as dúvidas suscitadas por S. Exa. o Sr. Deputado Osvaldo Macedo, não há razão para que se promova a convocação do Sr. Secretário, para prestar esclarecimentos junto a este Poder, no futuro, se aqueles esclarecimentos não vierem a satisfazer os Srs. Deputados no conteúdo de suas respostas, quer me parecer que seria então, Sr. Presidente, a oportunidade de discutirmos a possibilidade de convocarmos o Sr. Secretário do Interior para vir à esta Casa.

O que pretende esta liderança ao rejeitar o requerimento do Sr. Osvaldo Macedo, é dar credibilidade às informações do Poder Executivo

já providenciou e que deverão estar em mãos desta Presidência já no início da próxima semana.

Por esta razão, a liderança da ARENA vota contra a pretensão do eminente Deputado Osvaldo Macedo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, autor do Requerimento.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, realmente, no dia 11 de março requeremos e esta Assembléia aprovou, um Pedido de Informação então dirigido ao Presidente da TELEPAR, e posteriormente, corrigido e encaminhado ao Sr. Secretário do Interior nas mãos do qual, ao qual fomos informados, chegou no dia 7 deste mês; o seu prazo para encaminhar esta informação vence, portanto, no próximo dia 7 do corrente, que o Pedido de Informações, Sr. Presidente, é demorado e frio, e os fatos se precipitaram, e dentro desta precipitação dos fatos, diante da movimentação em todo o Paraná das classes produtoras, de associações de municípios, ficou-se à espera de um pronunciamento do Governo que até hoje não veio; a Assembléia do Paraná, não está participando destas demarches. Não sabe o que acontece, entendemos e achamos que o Governo não é segredo. E todos têm o direito de saber o que faz o Governo e o que pensa o Governo, e se esta palavra fosse dada de imediato, é que nós achamos para a honra nossa, que o Sr. Secretário do Interior deveria ser convido a vir à esta Casa, prestar ao Paraná as explicações que o Paraná espera.

Achamos que já alertamos o Governo, que já alertamos o Secretário, e já alertamos os responsáveis. E eles serão responsabilizados se, por ventura, agirem de forma contrária aos interesses do Paraná.

Esperaremos a resposta ao nosso Pedido de Informações, mas não abriremos mão também da convocação do Sr. Secretário. E propomos nesta hora, para engrandecimento desta Assembléia e deste Poder, que este requerimento seja retirado da pauta por cinco sessões.

E formalizaremos por escrito o pedido, para que até lá tomando conhecimento das informações do Governo, e esperando que até lá o Sr. Secretário do Interior que faz apenas algumas semanas que tomou posse, possa vir melhor estruturado, melhor informado, e talvez até, com maior segurança à esta Casa prestar informações. Todos os Deputados querem saber, tanto a ARENA como o MDB, e também o Paraná.

E este Requerimento formalizaremos, e achamos que ele terá a simpatia da Bancada do Governo. Porque tanto ela como nós acreditamos tem interesse em defender o povo que nos elegera.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, apenas solicitaria um esclarecimento.

Se aprovado o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, e portanto consolidada a convocação do Sr. Secretário, qual o prazo de que dispõe S. Exa. para apresentar-se à esta Assembléia?

O SR. PRESIDENTE — Esta presidência, respondendo a indagação do Deputado Enéas Faria, leva ao conhecimento do mesmo e da Casa, que o Sr. Secretário teria 30 dias para dar o atendimento à convocação do Legislativo, de acordo com o artigo 20, § 2º da Constituição do Estado do Paraná.

Continua em votação.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero esclarecer que a iniciativa do nobre Deputado Osvaldo Macedo em pretender a presença de S. Exa. o Sr. Secretário de Estado, nesta Casa de Leis, não é outra senão a intenção de que venha aquela autoridade, a fim de prestar esclarecimentos, não aos Deputados do MDB, mas ao povo do Paraná.

A nosso ver, reafirmando o ponto de vista do ilustre Deputado que defende esta matéria, achamos que não há desdouro nenhum ao Sr. Secretário em comparecer a esta Casa de Leis. Muito pelo contrário, deveria sentir-se honrado em comparecer a Assembléia.

Não entendemos porque a bancada da ARENA fecha questão no episódio, quando tomamos conhecimento através dos noticiários dos

jornais, que a classe empresarial do Paraná, representada por todos seus órgãos, faz chegar às mãos de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, manifesto que expressam a sua contrariedade pela encampação da TELEPAR. Foi essa a posição assumida pelas Associações Comerciais do Paraná, no 21º Encontro Plenário, realizado em Paranaguá; da mesma forma, agiu assim a Fundação dos Municípios do Paraná, da mesma forma está agindo a Federação do Comércio do Paraná; da mesma forma pretende agir a população do Paraná, para que S. Exa. o Sr. Governador tenha o respaldo que necessita para não permitir que o controle acionário da TELEPAR seja entregue a uma empresa de âmbito federal.

Não entendemos porque se pretende fazer esse negócio sem que o próprio Governo do Estado não está totalmente favorável a que se efetive essa transação. Temos certeza de que o próprio Secretário do Interior, como paranaense, e como empresário, também não pode, no seu íntimo, querer que a empresa TELEPAR passe seu comando acionário para uma empresa de âmbito federal. Esta é nossa posição. Acredito seja esta a posição da Bancada do MDB, que infelizmente não entrou com requerimento passasse a ser discutido daqui a 5 dias. Mesmo assim, Sr. Presidente mesmo depois de ouvir atentamente as declarações do ilustre líder do Governo, em que declara que a ARENA fecha a questão a respeito. Com todo respeito que me é devido, endereçamos aos nobres Pares da ARENA um apelo para que se dispam do uniforme partidário e encarem com seriedade o assunto, porque aqui não está em jogo o interesse de um e outro Partido, e sim em jogo o interesse do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Requerimento do Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. FIDELCINO TALENTINO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com tristeza que, por mais uma vez, ao se levar a votação requerimentos que buscam o esclarecimento de órgãos do Poder Executivo, aqui nesta Casa de Leis o MDB, lamentavelmente, minoria nesta Assembléia, vem trocando passos acelerados com o intuito de servir ao Paraná, preocupado com a situação financeira e administrativa do Estado.

Por este motivo, recentemente, o Deputado Valter Pietrângelo endereçou à Mesa e à apreciação deste Plenário um pedido de informações sobre verbas que estavam sendo usadas, daquelas verbas de Funrespol, que somavam mais de 400 mil cruzeiros, sem qualquer concorrência pública. Assim, nosso Partido, nossos companheiros de Bancada preocupados com a destinação de verbas públicas apresentou um requerimento e os homens que pertencem ao Partido do Governo acharam por bem votar contra aquela matéria.

Agora, para tristeza nossa, quando o MDB, quando um Deputado do MDB requer a presença de um Secretário de Estado, acompanhado do Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná para prestar esclarecimentos sobre a questão do controle acionário, é lamentável que se veja uma posição cerrada, intransigente dos nobres Pares desta Casa pertencentes ao Partido do Governo. Estão S. Exas. radicalizando uma posição, oficializando um critério, posicionando e definindo, por antecipação, sem mesmo aquele intuito, que todos conhecemos bem, o intuito pelo menos a maioria deles, ainda que pertença ao Partido do Governo, que seria seu designio, seu desejo de votar a favor de requerimento desta natureza porque, realmente, o sentido de um requerimento destes é em favor dos interesses da comunidade do Estado do Paraná.

Nesta hora em que, lamentavelmente, o MDB não tem maioria, mas pelas vozes de seus representantes haverão de saber, aqueles que consignaram seus votos nas urnas, haverão de saber nossa luta, nesta Casa para perquirirmos, para indagar-mos, para solicitarmos as informações das destinações dos objetivos dos homens que estão administrando o Estado do Paraná.

É por causa disto, por causa da preocupação que o MDB tem em buscar a veracidade das coisas, em buscar o intuito das coisas, e das determinações dos homens que estão no poder para saber aonde eles querem aplicar, de que forma querem manipular o dinheiro que, realmente, é o dinheiro do povo. O controle acionário foi passado, está sendo passado ou passaria para a Telebras numa atitude que foi deferida aqui nesta Assem-

bléia Legislativa quando apenas poderíamos dizer à Arena é maioria esmagadora.

Faço um apelo à consciência dos Deputados do Partido governista para que meditem sobre a atitude de V. Exas. com relação a este pedido consignando no requerimento do Deputado Osvaldo Macedo convocando um Sr. Secretário para prestar esclarecimentos, não sobre sua pasta, mas sobre um Departamento, sobre uma instituição que está vinculada à sua Secretaria.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com tristeza que tivemos que vir a esta tribuna para pedir que reconsidere este pedido, que é válido em termos de interpretação política, que reconsiderem a posição do líder do Governo, claro que é válido.

Entretanto, onde está a liberdade dos Parlamentares?

É a liderança que vota ou o Deputado que vota, em pedidos desta natureza?

Faço este chamamento, faço esta solicitação, para que os nobres Deputados que como nós também estão aqui, servindo aqueles que aqui nos colocaram, façam um exame de consciência, meditem sobre a objetividade deste requerimento.

Concito os Senhores Deputados da ARENA para, reexaminando esta posição — aliás nem seria praticamente reexaminar a posição porque vemos apenas uma posição designada pelo Líder do vosso Partido — que cada um de per si voltem, meditem, apreciem e julguem a objetividade deste Requerimento.

Não poderia deixar de prestar aqui o nosso pedido a todos os eminentes Deputados da ARENA para que reexaminem esta posição — se é que tomaram esta posição — de votarem contra este requerimento.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento; em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE — Antes de conceder a palavra ao Deputado Adalberto Daros, esta Presidência tem a honra de registrar a presença neste Legislativo, e agradece, do ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal e atual Prefeito da Cidade-Canção, Maringá, Prefeito Sílvio Barros. Muito nos honra a sua visita.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, pela Ordem, ao Sr. Deputado Trajano Bastos, e em seguida, usará da palavra o Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, apenas gostaríamos que V. Exa. nos esclarecesse:

Se o Requerimento do nobre Deputado Osvaldo Macedo for rejeitado, este mesmo requerimento, nos termos em que foi vasado poderá ser reapresentado, discutido e votado em uma outra sessão dentro do atual período?

O SR. PRESIDENTE — Desde que o requerimento venha a obter o apoio da maioria absoluta desta Casa, ele terá condições de tramitação, de análise, discussão e votação, em qualquer outra oportunidade.

O SR. TRAJANO BASTOS — Faço esta pergunta, porque no caso específico do Projeto, se não me engano, a matéria quando é vencida não pode ser voltada a discutir.

Então V. Exa. orienta a Casa que, se houver o apoio da Casa poderá o requerimento ser novamente discutido e votado?

O SR. PRESIDENTE — A decisão plenária da maioria absoluta desta Casa faz-se valer em todas as oportunidades, e esta Presidência, baseada em informações da Secretaria da Comissão Executiva que se utiliza do Regimento que regula os trabalhos legislativos desta Casa, confirma as informações levadas ao Deputado que as solicitou.

Com a palavra, o nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretende com muita razão, o meu caro companheiro de Bancada,

Deputado Osvaldo Macedo, trazer a esta Casa, o Sr. Secretário Noel Lobo Guimarães, para que preste as informações necessárias a respeito da transferência do controle acionário da TELEPAR à TELEBRÁS, medida justa e necessária no entendimento da Bancada do MDB, deste Deputado que ocupa este microfone.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, lembro-me quando, antes do dia 15 de novembro de 1974, quando os Deputados que hoje aqui têm assento, iam aos palanques públicos, aos canais de televisão, às rádios não só da Capital como do interior, fazendo a sua campanha política, dizendo aos eleitores do seu Estado e do nosso Estado do Paraná, que o seu interesse, era defendê-los na Assembleia do Estado. Diziam nós, do MDB, diziam os homens da ARENA também, e nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos a cumprir, o que dizíamos então na campanha eleitoral, quando íamos às rádios, à televisão, quando íamos aos palanques públicos para dizer ao povo que viríamos para cá, defender os interesses, de todos os paranaenses.

Mas o que se vê hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a Bancada da ARENA assim não pensa, depois que aqui está. Naquela oportunidade, dizia que havia de defender naquela época, não se cumpre agora. Creio, que seria e era necessário, que esta Assembleia tome conhecimento do porquê da transferência, do controle acionário da TELEPAR à TELEBRÁS.

Acredito que cada Deputado que aqui tem assento, deve ter também este desejo, que interesses outros, faz com que assim não proceda. Tive notícias, e li nos jornais, que o próprio Governador do Estado, tem interesse e é contra tal transferência. Mas, do que tudo indica, o jornal não falou a verdade, o que se vê aqui hoje, quando se discute este requerimento, uma ação contrária àquilo que os jornais preconizavam com relação ao Governador do Estado. Mas se entende, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se entende porque se vê, a mudança do pensamento dos homens que dirigem este Estado, se vê as suas ações mudadas do dia para a noite, uma série de coisas que esta Casa talvez não venha a ter conhecimento da palavra, como aqui queremos, do Secretário Noel Lobo Guimarães, do próprio Presidente da TELEPAR.

Acho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a consciência de cada um, deve, na continuidade da vida, pesar pelo que faz, pelos atos que realizou, pelo que disse, quando pretendia vir para cá, pelo que faz hoje, quando aqui está. Tenho dito. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Há uma prática regimental, que quando a matéria está posta no encaminhamento da votação, a Presidência deve, nos termos do Regimento Interno, observar que se dê a palavra, para quem defende e para que é contrário à matéria posta em discussão.

Quer me parecer, que no caso, o Deputado Basílio Zanusso pretende falar contra a matéria, quanto um outro Sr. Deputado pretende falar a favor da matéria. Eu não preciso do dispositivo regimental, mas vou ler para V. Exa. nesta questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem de V. Exa., esta Presidência esclarece que já havia concedido a palavra ao Deputado que a solicitara e assim sendo mantém a concessão da palavra inicialmente ao Deputado que certamente deverá defender a matéria.

Posteriormente esta Presidência passará a observar o critério de concessão da palavra cada vez a um membro de partido diferente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é só a preocupação desta Casa, mas também de todo o povo do Paraná com relação ao assunto em discussão, qual seja aeeule que corre por aí da transferência da TELEPAR para a TELEBRÁS.

Realmente, Sr. Presidente, não vejo porque a resistência de que se traga a esta Casa, para esclarecer sobre fatos administrativos, uma autoridade, cuja responsabilidade de bem dirigir os interesses do povo, pesa sobre seus ombros.

A nós, a este Poder, cabe e compete fiscalizar o que se faz na administração pública. Esta preocupação, Sr. Presidente, não é só desta Casa, mas de todo o Povo do Paraná que colaborou com somas elevadas para a

aquisição de telefones, para que se montasse uma organização que pudessem melhor servir ao Paraná.

Na verdade, "onde há fumaça, há fogo", e temos verificado muitas vezes um preparo psicológico no seio do povo, através da imprensa, em que se nega um fato e depois este fato vem a concretizar. Ainda que se negue a verdade dos fatos que correm por aí, somos levados a crer que somos levados a crer que existe qualquer coisa e que o Secretário do Interior deve trazer esclarecimentos a Esta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, não vemos porque a resistência em que venha o Secretário a esta Casa, e não será mais que uma honra para ele poder vir prestar esclarecimentos sobre aquilo que está fazendo na administração e que é de responsabilidade de sua Pasta.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado, para encaminhar a votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, a palavra já havia solicitada pelo Deputado Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência esclarece que não havia procedido o registro de solicitação da palavra de nenhum Sr. Deputado. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, antes de conceder a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk, Sr. Presidente, o nobre Deputado Basílio Zanusso a havia solicitado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência, antes de conceder a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, deve esclarecer que não havia feito nenhuma inscrição para a discussão dessa matéria.

E deseja a Presidência esclarecer, com relação à Questão de Ordem levantada anteriormente pelo nobre Deputado Líder do Governo, dizer que a mesma não procede. Ela só é válida quando da votação da matéria.

Assim sendo, a Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, e solicita ao Sr. Secretário que proceda a inscrição dos Srs. Deputados.

Esta Presidência também solicita ao Sr. 19 Secretário que informe as inscrições que se fizeram.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Queria consultar a Presidência se poderíamos conceder a palavra ao nobre Deputado Basílio Zanusso, que muito nos honra, sendo o primeiro arenista, além do ilustre Líder, a usar da palavra, neste episódio.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, quando da votação, farei uso da palavra.

Agradeço a gentileza do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos vivendo, na tarde de hoje, e nos Anais desta Casa vão ficar registrados, de que alguma coisa tem a ilustrada bancada da ARENA em não permitir a convocação do Sr. Secretário do Interior.

Vemos que essa ilustre Bancada se preocupa, não em defender o que de direito cabe ao legislador; a ilustre bancada da ARENA se preocupa, não em demonstrar ao Paraná que esta Casa quer realmente legislar, em nome do povo. O que faz a bancada da ARENA, nesta Casa, é impedir que um requerimento seja aprovado. Um requerimento que pretende a convocação de um Sr. Secretário.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, não posso aceitar a interpelação do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

Esta bancada votou, por unanimidade, em favor do pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

Votamos por unanimidade, para esclarecer, com a resposta àquele pedido, a esta Casa, ao Paraná.

E não estamos, aqui, sujeitos a ouvir...

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, a palavra do Deputado Ivo Thomazoni não é uma questão de ordem, é um discurso paralelo.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, não admito interpelações por parte do Deputado Luiz Carlos Zuk, quando V. Exa. sabe que não é esta nossa intenção.

OSR. PRESIDENTE — Esta Presidência esclarece que os pedidos de questão de ordem devem ser solicitados quando houver condições para contestação, no que se relaciona ao andamento dos trabalhos desta Casa Legislativa. Assim, esta Presidência deixa de oferecer seu despacho à questão de ordem incabida apresentada pelo líder arenista.

Continua com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, infelizmente que estão nas galerias, no que concerne às pessoas, neste plenário, não está lotado. Mas, queria pedir ao Comitê de Imprensa que desse ao Paraná a verdadeira versão dos fatos aqui ocorridos.

Queremos a convocação de um Secretário referente a um assunto que interessa de perto a brasileiros, particularmente aos paranaenses, à economia paranaense, a todos os paranaenses, inclusive aos próprios Deputados da ARENA. Mas, o Governo, preocupado, através de sua representação política nesta Casa, hoje, quem sabe, possa fazer com que esse requerimento seja rejeitado, mas amanhã ou depois, uma semana, um mês, um ano, estaremos aqui, diuturnamente, convocando Secretários, esperando que a ilustre bancada da ARENA não tenha o número que possui regimentalmente, que é a maioria desta Casa, para derrubar a convocação, do Secretário.

Não fazemos oposição sistemática ao governo instituído, mas o que queremos, ilustre Líder da bancada da ARENA, Deputado Ivo Thomazoni, um esclarecimento de um Secretário, que deveria ser olhado como um convite e a ilustre bancada da ARENA deveria dar o seu referendado, porque daria honestidade a esta Casa, dando a palavra oficial de um Secretário de Estado.

O que queremos é que alguma coisa seja dita em termos oficiais. Queremos que esta Casa sirva como um espelho ao Paraná, mas não espelho opaco, onde somente aparece uma imagem distorcida levada por uma maioria.

Que V. Exa., Sr. Líder da ARENA argumente realmente com o fato, e nós honrosamente, humildemente, iremos cumprimentar S. Exa., iremos transfigurar, através de nossa palavra, um voto de apoio, um voto de louvor como aquele dado por Osvaldo Macedo na Tribuna desta Casa, ao Governador do Estado. Nós, que compomos o MDB, possuímos duas ambições: sentir o povo do Paraná e ajudar o governo naquilo que esteja certo, correto e honesto. Mas, queremos esclarecimentos para nos situar nesta Casa.

Vimos que outro Sr. Deputado da ARENA, Sr. Basílio Zanusso, usou da palavra, então, tivemos a satisfação de ver que não somente a palavra do ilustre Líder da ARENA, mas também outro Deputado tinha condições de falar, e não somente a liderança. Quisemos que esta Mesa desse a preferência para aquele ilustre parlamentar, para ouvirmos também sua opinião, porque nós não admitimos, onde existe uma democracia implantada, que fatos relatados, como este, neste plenário, já relatados no Senado da República e Câmara Federal, quando um próprio Senador da ARENA não admite que alguma coisa contra sua consciência, contra seus interesses como representante do Estado, forçado pelo Líder do Senado da República, naquela ocasião, fizesse com que seu voto fosse coerente com a bancada, fazendo com que uma fidelidade partidária fosse exigida.

Nós, nesta Casa, por infelicidade não ouvimos a palavra do Deputado Basílio Zanusso, como também queríamos ouvir a palavra dos homens arenistas antes da minha, porque queríamos nos situar, além do líder, com os outros deputados. Até agora só ouvimos a liderança, não ouvimos outro deputado da Arena com referência a este episódio.

No dia de amanhã, quando novos requerimentos de autoria dos deputados do MDB forem apresentados neste sentido queríamos ter a honra de ouvir não somente o Líder da Arena, mas a voz de outros deputados que tenham a mesma altivez, a mesma capacidade, creio, que tenham a mesma ombridade, que tenham a mesma honestidade que o nobre líder da Arena, Deputado Ivo Thomazoni.

Por que não fazer como nós aqui do MDB, cada um dos vinte e cinco deputados, independente de suas razões, tem falado sobre o assunto porque ele diz respeito aos interesses do povo do Paraná.

Queríamos ver a ilustrada bancada da Arena, além de seu líder, seus vinte e oito Srs. Deputados usar da tribuna e falar em torno de seus municípios e paranaenses que representam para juntos somarmos o que há de melhor para o Paraná.

Não vemos na convocação de um Sr. Secretário de Estado nada de ilegal, porque a matéria que iremos arguir S. Exa. está implícita no Requerimento.

Pergunto eu, se no dia de amanhã, quisermos convocar um novo Secretário de Estado para vir a esta Casa dar uma satisfação do seu trabalho frente à Secretaria do Governo, haveremos de ter o mesmo episódio da tarde de hoje? Adinatto mais a minha pergunta: De que vale esta Assembleia Legislativa do Estado se não possuímos a independência, devido a uma majoritária Arena, de convocar alguém para dar uma satisfação ao Paraná de seu trabalho e em consequência demonstrar alguma coisa em favor da causa pública e de justificar a sua indicação como Secretário. De que serve esta Casa?

Acredito que todos nós queremos o bem do Paraná, que todos nós queremos somar com o Paraná e com o seu Governo esforços no sentido de que o Estado cada vez mais progrida. Mas, queremos, igualmente, fiscalizar seus atos, fiscalizar os seus Secretários, queremos saber o que eles pensam, queremos saber o que eles fazem, queremos saber de seus planos e trabalho e, principalmente, sua palavra oficial em torno deste momento assunto que não é mais do Paraná, é assunto nacional.

Queremos, nesta tarde, trazer o testemunho de todos nós do Movimento Democrático Brasileiro, que sempre somamos os nossos esforços e dizer ao ilustre líder da Arena que nada vai atingir nenhum dos Srs. arenista desta Casa, porque sabemos nos posicionar em uma circunstância antagônica a esta. Se fôssemos Governo, se o MDB tivesse a felicidade de possuir o que a Arena tem, que é o Governo do Estado do Paraná, em uma situação como esta teria o referendo da totalidade da bancada porque acredito que se o Governo fosse do MDB não teria nada a esconder, como acredito que nada tenha o Governo atual a esconder do povo do Paraná.

É nesta igualdade, é neste exemplo que damos ao Paraná, de darmos satisfação de nossas ações, de nossos atos...

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o tempo que V. Exa. dispunha, porém concedo mais um minuto para que conclua o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Queríamos que, juntamente com a ilustrada da bancada ARENA, como numa família de parlamentares, com aquela mesma cabeça erguida da campanha, com aquela mesma honestidade de chefe da família, com aquela mesma honestidade de homens públicos com que entramos nesta Casa, dêssemos aos nossos filhos, dêssemos ao Paraná o exemplo de trazermos os Secretários para dar conta de seu trabalho.

Ao finalizar, Sr. Presidente, queremos dizer de público que nada vai melindre algum aos Senhores Deputados da ARENA, queremos afirmar a esta ilustre bancada, para dar um exemplo de que nesta Casa além do interesse somente de servir o Governo, extivesse também o interesse de servir o povo do Paraná.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente agradeço o gesto elegante e simpático do Deputado Luiz Carlos Zuk nas suas palavras, ao pretender transferir a este Deputado a oportunidade de falar acerca da matéria que ora se encaminha à votação, que nós que havíamos anteriormente em duas oportunidades solicitado a palavra a V. Exa. Sr. Presidente, e posteriormente quando me seria dada a oportunidade, por V. Exa., porque se discutia aqui em Plenário

rio possibilidade de entendimento possível entre as lideranças, acerca do assunto, para que se desse uma outra solução.

Mas, venho nesta oportunidade, não respondendo às palavras do Deputado Zuk, como de tantos outros que desfilaram pelos microfones desta Casa, todos eles como disse Sua Excelência, pertencentes à bancada oposicionista, mas, venho somar as minhas palavras às do Deputado Ivo Thomazoni, Líder da nossa bancada e que nos conduz, que nos orienta, que nos ensina da melhor maneira possível com firmeza de liderança, com capacidade, com segurança acima de tudo.

Se outros Deputados não vieram discutir acerca do momentoso requerimento é porque a bancada, coesa com sua liderança não pretendia, fora dela, fazer uso da palavra. Mas queríamos deixar registrada também a minha palavra de que essa preocupação com os destinos do Paraná não é somente dos Deputados do MDB os quais nós respeitamos tanto e reconhecemos profundamente esta preocupação em representarem bem o povo paranaense, mas, é nossa também. Estamos aqui todos nós, imbuídos da melhor forma em desenvolvermos o nosso mandato também com dignidade, com capacidade, com honradez; todos nós podemos muitas vezes, faltar ao compromisso, podemos muitas vezes deslizar até dos nossos objetivos, com intenção das melhores que sejam mas sempre primamos, todos, para que o nosso comportamento seja o melhor e, acima de tudo, e preocupação é o Paraná, é a preocupação comum nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da mesma forma que a bancada oposicionista, com os destinos da TELEPAR que se discute agora, da sua transferência ou não, para a TELEBRÁS. A preocupação não é menor do Sr. Secretário do Interior, como talvez maior a preocupação seja do Governador do Estado. Não vai se transferir, não vai se entregar a TELEPAR à TELEBRÁS sem que o Governador pense bem, sem que se consulte os altos interesses do Estado, postos nas mãos dignas e honradas do Sr. Governador do Estado. É com esta confiança, que todos nós da bancada da ARENA, haveremos todos, de votar contra o requerimento que pede a presença neste Plenário, de S. Exa. o Sr. Secretário do Interior. Desnecessário entender, desde que esta Casa, tenha votado por unanimidade requerimentos do mesmo deputado subscritos do presente requerimento, Deputado Osvaldo Macedo, de Londrina.

Todos nós votamos para que aquelas informações viessem a esta Casa, como virão, não decorreu, não inspirou, não transpirou o prazo legal para que esta Casa recebesse as informações solicitadas pelo deputado, com anuência de todos nós. Daí, entender a bancada Arenista, não ser necessária, não ser imprescindível a presença do Sr. Secretário do Interior a esta Casa, para esclarecimentos já solicitados por escrito e que esta Casa haverá de recebê-lo.

Daí, deixarmos registrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa preocupação nos destinos do Paraná, que não é somente da bancada da oposição, mas nossa também, e procuramos se Deus quiser, fazermos com Jayme Canet, frente à Governança do Estado, podermos entregar aos paranaenses, um Paraná melhor, seguro do desenvolvimento, para a felicidade das bancadas da ARENA e MDB e, acima de tudo, do povo paranaense. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de tecer outras considerações que devemos fazer, permitame ler um rápido trecho, de um artigo que já alguns dias pude ler, de autoria de José Vanderlei Dias.

Diz o articulista: (Lê):

"Democracia, não pode ser um jogo de palavras, nem traz em si qualquer garantia de infabilidade, quanto à melhora da situação de um País ou de um povo".

E menciona Portugal, onde se derrubou uma ditadura de vários decênios e aquele País entrou num beco sem saída, causando as mais justas preocupações a todos quantos amamos aquela terra.

Hoje, vemos um punhado de gente tecendo lóas à democracia aderindo ao clima democrático, apresentando-se como democratas de primeira ordem e sem desfalecimento. Na análise e na pesquisa, as descobertas são

animadoras, nem quanto à idoneidade política dos que falam nela, nem quanto à própria conceituação que proclamam adotar.

Digo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque me vem também a lembrança, da recente expressão do Ministro do Exército, Gal. Silva Frotam, ao afirmar que o momento é de trabalho para que possamos completar a obra revolucionária e consolidar em nosso país a verdadeira democracia. E o que temos sentido em muitos pronunciamentos, o que temos ouvido nesta Casa de Leis, permitam-me alguns representantes do MDB, o que tem imperado, e fartamente, fartamento volto a repetir, é o senso maldoso da demagogia e digo mais, daquela demagogia que deve ser banida, em definitivo da vida deste país. Isso porque determinados deputados que conhecem nosso comportamento, nosso pensamento, que sabem perfeitamente as linhas que estamos adotando e porque as estamos adotando, que conhecem nosso sentido de homem público que tem a intenção de olhar os interesses do povo, que sabem que aqui estamos para ajudar a construir esta Pátria, tentam por muitas vezes as tiradas demagógicas e mais no sentido de bombásticas e sensacionais notas de imprensa, tentam fazer com que se entenda que os homens da ARENA estão nesta Casa, quando tomam posição, apenas e tão somente contra o povo. É isso que precisa acabar.

É preciso que os homens que ocupam microfones e aqui que procuram sustentar determinadas teses antes lembrem de mais nada como todos os Srs. Deputados que compõem esta Casa de Leis, têm os mesmos propósitos, porque não posso admitir que alguém venha aqui no sentido apenas e tão somente de ser contra o povo, ou não atender às reivindicações do povo. Não queremos, e em nenhum momento dissemos aqui, que apenas a ARENA é que tem preocupações com a gente e com o povo paranaense, ou com o povo brasileiro. Entendemos que todos aqueles que estão investidos de um mandato público, têm o mesmo dever, têm o mesmo propósito, têm família, têm filhos, têm pelo que se preocupar e têm um sentido positivo para corresponder aos anseios das populações e de seu eleitorado nesta Casa de Leis. Mas não posso entender que depois da posição já adotada e tomada pela bancada da ARENA em juntamente com a bancada do MDB, aprovar um pedido de informações a respeito dessa matéria encaminhada ao Sr. Secretário do Interior e cujo prazo ainda não está vencido, demos assim as condições para que as indagações fossem feitas.

Não entendo porque então, mesmo antes da resposta, mesmo antes dos esclarecimentos, poderia se pensar, hoje, em vir a esta Casa de Leis tentar trazer pessoalmente aquele a quem se fez perguntas, para que as responda pessoalmente e dizer que a posição que tomam os Deputados da ARENA não é uma posição coerente com os próprios princípios do povo paranaense.

Nós também compreendemos o problema, também entendemos como paranaense e homem desta Terra o grave problema que aí está. Está posto e tem merecido nossa atenção e os Srs. Deputados do MDB, sabem bem disso. Não posso aceitar que quando o líder de nossa bancada vem ocupar o microfone, vem ocupar a Tribuna, para sustentar o pensamento de uma Bancada, unida, porque se mostrou unida, coesa porque se mostrou coesa, porque entendeu e compreende a posição que deve tomar no episódio, que depois se levante a voz, de que outros Deputados deixaram de ocupar a Tribuna, de que os homens da ARENA não vieram falar. Mas isso foi porque não vimos a necessidade, porque quando escolhemos e indicamos para liderar nossa Bancada, temos a convicção de que indicamos um homem capaz de refletir no momento nesses episódios, o pensamento de seus companheiros de Bancada, porque se fosse em caso contrário, seríamos o primeiro a nos levantar para dizer que pensávamos de forma diferente. Ele tinha nossa autorização. Veio aqui dentro de um princípio que todos os Srs. Deputados do MDB conhecem e que prevalece e que até hoje é respeitado dentro das Assembleias, Câmaras e Congresso.

Por esta razão venho à Tribuna para lamentar as críticas que se façam, para lamentar que o MDB tenha criticado tanto nesta Casa, que tenha sempre a preocupação de buscar assuntos que possam entrar, até mesmo a própria administração do Paraná. Isso é o que tem acontecido.

Lembro-me das campanhas políticas, dos ataques, das críticas e mais ainda, das denúncias, das calúnias, das difamações que foram feitas em busca de votos. Votos que pediam no sentido de que pudessem vir a esta Casa de Leis, e que nesta Casa, pudessem trabalhar pelo povo, pudes-

sem trazer sugestões. O que queremos são sugestões, é o trabalho em favor do povo paranaense, porque os homens que estão à testa da administração, são homens que estão altamente preocupados com...

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, o Deputado já não presta mais esclarecimentos sobre o assunto, está apenas ofendendo e agredindo a bancada do MDB. Pedimos à Mesa que providencie para que o Deputado fale em termos parlamentares.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência não acata a questão de ordem, visto que vem dando plena liberdade a todos os Deputados que fazem uso da palavra. E devolve a mesma ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, dizia eu que hoje ficou completamente claro que quando atiramos pedras não queremos saber se essas pedras doem, não queremos saber se gritos histéricos nesta Casa, podem ou não levar Deputados do outro lado, a se sentirem feridos ou melindrados. Não fomos nós que começamos aqui a jogar pedras e atirar nos companheiros de outras bancadas. Tenho convicção de que, desde o momento em que a matéria veio para conhecimento da decisão da Casa, nenhum Deputado de meu partido veio ocupar a tribuna para lançar ofensas a quem quer que seja. Mas o que estou entendendo, é que as críticas que são levantadas aqui de forma ofensiva, estão procurando distinguir a posição de nossa bancada, para que se pretenda criar uma imagem da bancada da ARENA junto ao povo, imagem que ela sabe que não confere com a realidade, é apenas no sentido demagógico, sensacionalista de se tentar jogar o povo...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência alerta que o tempo está esgotado e concede mais um minuto para que conclua sua participação na tribuna.

O SR. DÁCIO LEONEL — Obrigado, Sr. Presidente, quero apenas, encerrando meu posicionamento no problema que hoje aqui se discute, dizer que se tenho ouvido muita coisa nesta Casa, se tenho me calado, é porque pretendia e porque por todas as formas tenho tentado, o mais possível, o entrosamento com os homens da bancada do MDB, naquela esperança de que possamos contar com aquela participação para ajudar o Paraná, para ajudar, com aquela participação, a democracia, para ajudar, com aquela participação, a Revolução. Mas, devo dizer que a partir de hoje, tomaremos posição definida. Não vamos aceitar calúnias, não vamos aceitar demagogia, não vamos aceitar discussão, para efeito de imprensa. Vamos tomar posição, por que o povo todo tem que saber que a ARENA aqui está para defender o povo. — (Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, é lamentável a maneira como vem se encaminhando um assunto tão relevante importância, em que todos nós nesta Casa estamos interessados. O Governo do Estado vem lutando, gerenciando e fazendo tudo para que se possa manter o controle acionário da TELEPAR.

Faz-se referência à Legislatura passada, quando teríamos votado uma lei permitindo a transferência da TELEPAR à TELEBRÁS. O que esta Casa votou foi uma lei autorizando a qualquer órgão, do Governo Estadual, Municipal ou Federal a ter temporariamente o controle acionário da TELEPAR porque, de fato, o investimento desta Companhia tem a participação do Governo Estadual, Federal e Municipal e aquele que tiver o maior investimento é permitido ter o controle acionário. O Governo Federal já vem aplicando quotas superiores às que temos aplicado. Embora estejamos lutando para manter este controle, o que é preciso é que se faça uma reavaliação daquilo que o Estado já aplicou, reavaliação dos prédios existentes, dos terrenos que possui e de que os municípios participaram com suas doações, justificando que o Governo Federal vem aplicando um dinheiro do Fundo do qual também somos participantes.

É este o interesse do Paraná, que continuemos com o controle acionário da Companhia, mas não vejo porque trazer um Secretário de Estado para tratar deste assunto, o que vem a ser prejudicial ao entendimento que vem procurando manter o Governo do Estado para ser dada uma solução favorável ao nosso Estado, no sentido de manter o controle acionário da TELEPAR.

Para satisfazer o pedido de informações feito à Casa pelo Deputado da ARENA e do MDB, um requerimento que foi encaminhado, chegando

no dia 7 de abril à Secretaria do Interior e que será respondido dando todas as informações.

Se as informações não satisfizerem aquilo que se pede então pode-se pensar numa outra maneira que informe aquilo que a Casa e o povo pretendem saber.

Mas não vejo porque neste momento trazer aqui o Secretário de Estado, o que seria tumultuar, como já disse, os entendimentos que estamos procurando fazer.

Participo e ocupo uma cadeira na Casa e quando vimos à tribuna fazemos com independência. E se falou nosso líder em nome da bancada foi porque tínhamos entrado em entendimentos, discutido o assunto e firmado o ponto de vista a respeito.

Poderiam todos os Deputados da bancada usar da tribuna para o encaminhamento da votação, mas achamos que assim seria mais fácil mesmo porque nenhum deputado da ARENA talvez venha a convencer um deputado do MDB com seu ponto de vista, assim como por mais que fale um deputado do MDB não vai convencer um deputado arenista.

Seria uma maneira de limitarmos a discussão e trouxemos a Casa o ponto de vista de cada deputado e o ponto de vista da nossa bancada foi dado pelo eminente líder Ivo Thomazoni.

Se assim julgasse a Comissão de Constituição e Justiça, seria o caso de se pedir a presença do Sr. Secretário para um diálogo, o que talvez fosse um motivo justo. Mas neste momento achamos inoportuno, por este motivo votamos contra o requerimento. Jamais procuramos esconder os atos do Governo e sabemos que seria de bom grado que o Secretário do Interior viria a esta Casa para prestar esclarecimentos. O que achamos é inoportuno o momento para estes esclarecimentos, porque poderia prejudicar os entendimentos que o Governo vem procurando manter para que o Paraná continue com o controle acionário da Telepar.

Era esse o nosso entendimento com respeito ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

E cremos que a resposta advindo do requerimento do nobre Deputado Osvaldo Macedo trará todas as informações necessárias.

Era só, Sr. Presidente. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria, para encaminhar a votação.

Antes porém, convido o nobre Deputado Leopoldo Jacomet para assumir a Presidência, visto sermos o próximo orador inscrito.

Com a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sou parcimonioso no uso da tribuna e jamais furioso no uso dela.

Sinto-me à vontade para participar deste debate, embora o calor da polêmica que aqui se está estabelecendo.

Devo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de mais nada, procurar entender que os companheiros de minha bancada, do MDB, apresentam pela independência que cada um desfruta, apresenta, cada um deles, um estilo e uma maneira de ser.

E que esse estilo, essa maneira de ser, na condução de sua vida parlamentar, jamais poderá ser estigmatizada pela terminologia face com que a bancada da ARENA procure estabelecer anteparos.

Não acredito, não vi, em nenhum momento, nesta Casa, qualquer companheiro do MDB ser um demagógico.

Preferi acreditar e acredito ser esse o estilo e a maneira de ser de cada um. Como prefiro acreditar que o testemunho aqui dado por um outro deputado da ARENA, em estilo polêmico, ser uma característica de S. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Convoco o Sr. 2º Secretário para assumir a Presidência.

O Sr. Deputado Mauricio Fruet assume a Presidência.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Continuando, Sr. Presidente, poder-se-ia dizer que o eminente Deputado da ARENA parece que está na voragem dos trilhos e uma locomotiva permanentemente à procura de um tunel escuro, sem saber onde está, sem saber onde irá chegar e sem indagar sobre isso.

Mas me parece que se está a eximir, a esboçar, neste Plenário nesta hora de tanta importância, indecisos. Promissores de que estamos alvorecendo para uma nova aurora, cujos raios ainda ténues, ainda distantes ainda iluminando alguma coisa, fazer com que os alvares deste novo dia, aguardem este alvorecer que já se vislumbra.

E isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me, que já se conscientiza a bancada do MDB, que se sente limitada, diminuída. Para cá viemos aqui viemos, Srs. Deputados, com força de vontade, viemos com fé, viemos com idéia, viemos com amor ao Paraná no coração.

E aqui estamos para usar de todas as prerrogativas, de todas as regras possíveis e capazes para trabalhar pelo nosso Estado.

E eu me pergunto e pergunto à Casa: O que pretende o requerimento do ilustre deputado Osvaldo Macedo? Que crime está contido neste requerimento? Que pecado encerra? Que mal ele contém?

Parece-me que S. Exa. pressentindo a necessidade de fazer com que esta Casa se transforme em Poder que esta instituição se revitalize S. Exa. se lançou a frente de todos nós no sentido de solicitar um saudável diálogo com o Poder Executivo.

Esta Casa tem recebido ou quem sabe do outro lado no Palácio do Executivo se tenha recebido ordem dos dois Poderes. Por que não se estabeleceu o diálogo franco, aberto e leal sobre a grande temática que interessa ao Paraná em termos oficiais.

Devo dizer e deve receber a ilustrada bancada da ARENA, que até hoje, em momento algum o MDB deixou de praticar a ética parlamentar, em qualquer instante procedemos com demérito com relação aos eminentes companheiros da Aliança Renovadora Nacional, ou até mesmo em relação a este Poder.

Não vejo porque se inaugurar, já que estamos a viver em ambiente calmo de trabalho, em tranquilidade, aqui e agora esta dissensão é proposta, exatamente, pelo outro lado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há algumas coisas que afloraram deste debate. Tenho reiterado que sou amigo do debate, que sou amigo da polêmica, entendo que é do entrelhecho de idéias que nasce a luz maior.

Hoje, aqui neste debate ficamos a conhecer e oficialmente pela palavra dos ilustres deputados da Arena, que alguns fatos estão ocorrendo e estão acontecendo sem que sejam do conhecimento geral.

Passou pela tribuna, há pouco, o Deputado da Arena que anuncia va que entendimentos estão sendo feitos, que questões estão sendo promovidas, que alguma coisa existe em relação a este assunto e que qualquer atitude poderia prejudicar isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não era preciso que se fizesse segredo porque ninguém é tolo nesta Casa, nenhum de nós e nenhuma bancada que não nos pertencem e sim ao povo.

Mas, se disse que aqui todos devem trabalhar com a mesma intensidade e com o mesmo direito de todas as coisas. Então, que entendimentos são esses, que gestões são essas que poderão ser prejudicadas? O que há de secreto nessa coisa que pode a bancada da Arena, ilustrada, combativa, inteligente, conhecer e que não pode conhecer o MDB.

O que há de estranho nisso? O que há de absurdo nisso? O que há de perigoso nisso que esta Casa não possa saber, que o MDB não possa ter acesso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero encerrar me atendo a um aspecto do requerimento do deputado Osvaldo Macedo e que me parece não foi entendido pela bancada da Arena e parece que não foi entendido, também, pelo Poder Executivo.

S. Exa. numa atitude elegante e cavalheiresca, de alta ética entendendo que a questão não é nossa, entendendo que a questão não é do MDB, entendendo que a questão não é da Arena, entendendo que a questão não é da Assembléia, entendendo que a questão é de todas as forças vivas do Paraná propõe, e ali está Sr. Presidente, que se entregasse a condução desta questão ao mais alto mandatário do Estado, ao Sr. Governador do Estado. E lá está no seu requerimento, é ele que propõe, é o MDB que oferece: Comande esta campanha, defenda o Paraná.

Era isto Sr. Presidente, Srs. Deputados. —

Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhamento da votação, ao Sr. Deputado Del Ciel.

OSR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vem-me à mente a lembrança do ditado que afirma que "pato novo não mergulha fundo", e nós que damos os nossos primeiros passos nesta Casa Legislativa paranaense, utilizamos a palavra principalmente em razão da necessidade de promover a resposta, à altura, ao eminente Deputado da bancada governista e mui especialmente ao meu conterrâneo, do Partido situacionista nesta Casa Legislativa, que tão oportunamente utilizou a tribuna da Casa do Povo, oferecendo-nos assim a oportunidade de trazer a nossa modesta participação, e tenho em dúvida, coloco em dúvida até mesmo toda a minha vida política de uma Casa de Leis do Município paranaense de nome Londrina, isto porque um deputado governista também de nossa terra, que utilizou a palavra, há de se lembrar que, a liderança de bancada do MDB naquela Casa de Leis, era ponto de honra, para nós emedebistas, resposta a um Pedido de Informações e até mesmo a convocação do Chefe do Executivo Municipal poderíamos solicitar, eis que quem não tem o que esconder não nega em oportunidade alguma, o direito de um parlamentar deste ou daquele partido político, solicitar, convidar, requerer ou convocar Secretários de Estado e até mesmo Sua Excelência o Sr. Governador do Estado Dr. Jayme Canet Júnior, e o caso engrandece como às valiosas razões que levaram o brilhante deputado Osvaldo Macedo, a dar encaminhamento a este requerimento solicitando a presença do Sr. Secretário do Interior, e o Presidente da Telepar, Telepar que encampou muitos serviços telefônicos no Interior do Estado, tentou encampar a Contel e, hoje, se entrega à Telebras.

Os municípios começaram a se erguer contestando a validade dos convênios ou do entreguismo, que são levados a fazer que seu serviço de água passe ao poder maior, ao poder central, como no caso da Telebras, e, no Estado do Paraná ocorrerá o que aconteceu em nossa cidade, em muitas cidades paranaenses; com a encampação dos serviços, pelo organismo federal, centenas e centenas de empregados serão jogados às ruas, perderão a condição de, com o seu trabalho, com o suor de seus rostos ganharem o pão de cada dia às suas famílias.

Fundamenta bem o Deputado Osvaldo Macedo, o seu requerimento, quando lembra que mais de 4 mil chefes de famílias permanecem em uma preocupação constante, aguardando tão somente, desesperançados, a portaria que o afastará da oportunidade de trabalho, isso nós temos que respeitar em todos os momentos, em todos os setores, principalmente, na forma em que se pretendeu a pretendida entrega da TELEPAR à TELEBRAS. Como esta Casa do povo paranaense, ficando totalmente alheia, da forma, das condições e das razões, que levariam o Paraná a entregar, os seus serviços de comunicação que é o primeiro do Brasil, porque hoje não mais se consegue falar no Paraná com canto algum, nosso serviço de comunicação está totalmente prejudicados. E interesses outros, nos levam a crer que outros Estados deverão ser beneficiados, em prejuízo do Paraná em razão do seu adiantamento em determinada época do Paraná, no setor da comunicação. É isso, que o MDB quer evitar sem demagogia, sem atirar pedras, como disse o prezado deputado Dácio Leonel, do partido governista.

Nós estamos preocupados é com a construção e, principalmente, porque foi construído com o suor do povo paranaense. Com o sacrifício dos trabalhadores desta terra. E a nossa preocupação, a preocupação do MDB é esta de defender aquilo que já é nosso, e que estão dando, porque cabe a nós soluções dos problemas que se apresentam nos mais variados setores. Talvez, tenha liberado a minha bancada na Câmara Municipal de Londrina, enganosamente, porque ofereci o nosso voto, e diante de qualquer acusação, a nossa solicitação para a constituição de CPIS, das convocações de Secretários, porque achávamos que em nosso partido político não se abrigavam homens irresponsáveis na administração pública. E se isso ocorresse, a eles não dariamos guarida, se tivessem culpa no cartório seriam punidos, pela iniciativa até mesmo do nosso partido político ou do partido oposicionista daquele município.

Talvez tenha me enganado ao dar esta orientação à minha bancada naquela Câmara Municipal. Mas, não acredito, tenho até mesmo certeza de que o equívoco se faz presente, também na sessão de hoje, mas a bancada emedebista, mas ao povo do Paraná, a oportunidade de ter acesso aos conhecimentos de tudo o que se passa na TELEPAR, para que possamos prestar contas no interior do Estado, ao nosso povo à nossa gente que nos ofereceu o seu voto de confiança para nesta Casa por ele lutar,

por ele trabalhar, por ele produzir. Onde está, prezados deputados do partido governista, o crime, o erro, a falta de uma bancada que através de um requerimento de um deputado, pretende tão somente a visita para explanação, para a prestação de contas do que se fez e do que se está fazendo no setor de comunicações, relacionados com a Telepar. Que prejuízo acarretaria para o governo estadual, para o Estado do Paraná, a presença honrosa deste secretário nesta Casa. Por que o temor, por que a ansiedade e a luta insana no desejo de impedir que esta bancada, tenha gozo do direito de solicitar, de requerer, e de pedir prestação de contas?

Que crimes teriam cometido? Somos levados a acreditar que estaria reinando neste setor do Paraná desrespeito às normas, descumprimento às obrigações, levando à auto-destruição da TELEPAR. Poderia ser tão catastrófica a situação deste organismo estadual, prestes a ser entregue ou sabe Deus já entregue à TELEBRAS — para que uma bancada se erga para impedir a convocação de um secretário?

Assim as casas legislativas não voltarão a ocupar o lugar que necessitam e que merecem em nosso país, com o comportamento que se apresenta na sessão de hoje em que os companheiros arenistas com radicalismo impedem o honesto propósito dos emedebistas de terem uma discussão franca, aberta, respeitosa com um Secretário de Estado. Estará a casa paralarlamentar paranaense, dando assim a sua contribuição negativista para a recuperação das casas legislativas brasileiras que voltam a gozar do respeito do povo e da nação, em razão do trabalho sério que muitos homens públicos de ambos os partidos voltam a desenvolver.

Apelo veementemente aos deputados componentes do partido governista para que não provoquem o despertar de uma situação de desentendimento entre as bancadas desta Casa, em razão de um temor que não se justifica pela simples convocação de um secretário de Estado para vir a esta Casa prestar informações.

Lembro aos prezados pares que o tempo é hábil para que esta Casa ofereça a sua participação decente, correta, possibilitando tão somente a simples oportunidade de mais de duas dezenas de representantes do povo do povo paranaense manterem nesta Casa um diálogo respeitoso com o Secretário de Estado que deve prestar contas à nossa gente e a todo o nosso Estado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Ivo Thomazoni, no seguinte teor:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do artigo 76 do Requerimento Interno, requer a prorrogação da presente sessão por mais 2 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) IVO THOMAZONI

Em votação o requerimento. — *Aprovado.*

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. DEL CIEL — Peço a palavra Sr. Presidente, para justificar o requerimento de prorrogação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

OSR. PRESIDENTE — A Presidência esclarece ao Deputado Del Ciel que, de acordo com o artigo 152, do Regimento Interno que diz: "É proibido expressamente ao Deputado discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa simples declaração escrita de voto."

O SR. ENÉAS FARIA — *(Pela ordem)* Sr. Presidente, isso é uma questão de critério.

Dias atrás, esta Casa votou, depois de algum tempo de debate, um requerimento. E após procedida a votação desse requerimento, este Deputado pediu a palavra para declarar seu voto.

Na oportunidade, Sr. Presidente, devo dizer que presidia os trabalhos da Casa, o Sr. Presidente Paulo Camargo, e me foi deferido o uso da palavra para declarar meu voto.

Então Sr. Presidente, apenas indagaria qual o critério que a Mesa está usando: numa oportunidade oferece condições para se fazer declaração de voto; noutra, coíbe essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE. — A Mesa informa ao Deputado Enéas Faria que a interpretação dada pela Mesa permanece. E diz respeito tão somente a declaração de voto à matéria formulada pelo nobre Deputado Ivo Thomazoni, que solicitou prorrogação da sessão por mais duas horas.

O SR. ENÉAS FARIA — *(Pela Ordem)* Sr. Presidente, permita-me roubar mais um minuto, para tentar explicar a V. Exa. que, naquela oportunidade, a Assembleia Legislativa votava um requerimento do eminente Deputado Alfredo Gulin, com referência a problemas policiais. E após vencida a matéria, me foi deferida a palavra, para justificar meu voto.

Então, indagaria a Mesa.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, aguardo a decisão da Mesa.

O SR. IVO THOMAZONI — *(Questão de Ordem)* Sr. Presidente, de acordo com o Artigo 152, do Regimento Interno, já lido anteriormente por V. Exa., "É proibido expressamente ao Deputado discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa simples declaração escrita de voto."

Quer-me parecer que a Presidência, ao decidir a questão de ordem do Deputado Enéas Faria, o fez com respaldo regimental.

O SR. ENÉAS FARIA — *(Pela Ordem)* Sr. Presidente, o eminente líder da Arena invoca o texto Regimental já proclamado pela Mesa.

Mas, me parece que as questões de ordem decididas devem constituir jurisprudência para o encaminhamento dos trabalhos desta Casa.

Ora, se já se procedeu de uma maneira na decisão de questões de ordem, tendo sido, na época, invocado o art. 152 do Regimento Interno, como se entender que hoje não se possa proceder da mesma forma.

Entendo, também, que a justificação de voto não se constitui em reabertura da questão, da matéria vencida. Talvez este tenha sido o entendimento do Deputado Paulo Camargo, quando decidiu o pedido que enderecei à Mesa.

A declaração de voto não se constitui e não tem o espírito de reabrir a questão, de reacender a matéria, apenas oferece oportunidade ao parlamentar que proferir um voto de justificá-lo, de externar as razões que o levaram a votar desta ou daquela maneira. Talvez tenha sido este o entendimento do Deputado Paulo Camargo quando presidia a sessão porque o episódio existiu e porque a questão é conhecida.

Deixaria ainda, Sr. Presidente, uma vez que não foi decidida a questão para que a Mesa ultimasse uma decisão.

O SR. PRESIDENTE — Definitivamente atendendo a questão de ordem levantada pelo Deputado Enéas Faria, entende esta Presidência que na oportunidade levantada por V. Exa. o Presidente na ocasião em exercício Deputado Paulo Camargo, concedeu a palavra a V. Exa. por liberalidade porque, infelizmente, o art. 152 do nosso Regimento é explícito neste sentido.

O SR. IVO THOMAZONI — *(Pela Ordem)* Sr. Presidente, com base no art. 156 do Regimento Interno, § 2º e enfoco também o item 2 do § 1º:

"O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores". Não é o caso.

§ 1º — É permitido porém, a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I — na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em uma sessão anterior". Não é o caso.

II — na segunda discussão, quando já tenham falado três oradores, pelo menos, sobre o assunto, que cuja discussão se pretender encerrar.

§ 2º — As proposições de discussão única, que não se discutirem globalmente, serão subordinadas, quando ao encerramento, à regra de número II do parágrafo anterior."

Por isto, Sr. Presidente, vou requerer, na forma do item II, do parágrafo 1º do art. 156, o encerramento da discussão observando que mais de três dos Srs. Deputados falaram sobre o assunto cuja discussão pretende encerrar. Encaminho à Mesa o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa V. Exa. que a matéria já está com sua discussão encerrada. Agora está em votação; consequentemente, não entende a Mesa a procedência da questão de ordem levantada por V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — *(Pela Ordem)*. Pedi a palavra, pela ordem, Sr.

presidente, porque bem não entendi a decisão da Mesa com relação a questão de ordem que levantei. Então, pelo que pude apreender, parece que em determinadas questões irá valer o Regimento Interno, e em determinadas, a liberalidade da Mesa.

Pergunto se é desta maneira que a Mesa decide a questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa referiu-se exatamente dentro do Regimento Interno, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 97, deste Regimento.

A Mesa lembra o nobre Deputado que todas as questões de ordem formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembleia.

O SR. ENÉAS FARIA — Exatamente por isto. Decidir uma questão de ordem em razão do entendimento que se dá à letra da lei, passa a constituir praxe, a decisão adotada pela Mesa. Há dias atrás a Mesa adotou uma posição, estabeleceu uma praxe, praxe que nós passamos a adotar. Então me parece que passamos a ter agora dois pesos e duas medidas. Quando interessar à Mesa, teremos o Regimento valendo — quando não interessar à Mesa, teremos a liberalidade para conduzir os trabalhos."

O SR. DEL CIEL — *(Pela Ordem Sr. Presidente)*.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Data vênio do respeito que temos por V. Exa. quer nos parecer que foi estabelecida uma exceção — considerando desta forma que o Sr. Presidente teria promovido esta exceção, por esta questão de ordem, requeiro a V. Exa. que passe a Presidência ao Deputado Paulo Camargo, e convoque o Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, também para assumir a Secretaria que ocupa nesta Casa.

Muito obrigado, as minhas escusas por levantar questão de ordem desta natureza.

O SR. PRESIDENTE — Regimentalmente, e de acordo com o artigo 20, convoco S. Exa. o Sr. Presidente Paulo Camargo e S. Exa. o Sr. 1º Secretário, para assumirem seus postos na Direção da Mesa.

(O Sr. Deputado Paulo Camargo reassume a Presidência).

O SR. IVO THOMAZONI — *(Pela Ordem)*. Sr. Presidente, a Presidência chamou a atenção deste Deputado que não invocou dispositivos do Regimento Interno quando levantou a questão de ordem. Pediria que a Presidência, por favor, solicitasse do Deputado Del Ciel que invocasse o dispositivo regimental que a Casa não está cumprindo.

OSR. PRESIDENTE — Nós o faremos, na oportunidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, apenas para encarecer providências, no sentido de que tendo em vista que o Deputado Antonio Facci se encontra por alguns instantes ao lado deste Plenário, proceda a inversão de inscrição permitindo que S. Exa. possa fazer uso da palavra, após aqueles que já estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE — Será inscrito no último lugar da lista.

Concedo a palavra ao Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. DEL CIEL — *(Pela Ordem)*. Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. a verificação de "quorum" com a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 35 Srs. Deputados.

Portanto, há quorum para prosseguimento da sessão e também para votação.

Com a palavra o Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, declino da palavra
O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aragão Matos Leão.

O SR. ARAGÃO DE MATOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Este Deputado ouviu atentamente todos os pronunciamentos, por parte de todos os Srs. Deputados, principalmente os pronunciamentos feitos pelos Deputados da ARENA, a respeito da matéria.

E sobremaneira nos causou espécie, quando alguns dos Srs. Deputados da Oposição levantaram, nesta Casa, uma questão de entendimento entre as Bancadas, de uma maneira democrática com que fossem tratados todos os Srs. Deputados.

É exatamente o sentido das palavras que iremos proferir, nesta Casa, na tarde de hoje. Sempre a Liderança da ARENA procurou conduzir o entendimento entre todos os Srs. Deputados das duas Bancadas, dentro da maior cordialidade. E, particularmente, no que se refere ao assunto em debate, gostaria de chamar a atenção dos Deputados do MDB para a grande responsabilidade que eles têm, ao pretender assumir, na tarde de hoje, ser aprovado o referido Requerimento.

Sr. Presidente Srs. Deputados, não é preciso repetir aqui, porque S. Exa. o Sr. Deputado autor do Requerimento, Osvaldo Macedo, no seu pronunciamento, referente ao assunto, já dizia do interesse do Governo do Estado, da intenção e das diretrizes que tomou o Governo no que se refere ao assunto da TELEPAR.

Vejam, Srs. Deputados, V. Exas. que tentam fazer apelos em nome do povo, a grande responsabilidade de V. Exas. na tarde de hoje, proque é justamente em defesa do povo do Paraná que a ARENA não votará a favor deste Requerimento. Será, Srs. Deputados, que não é exatamente a intenção de defender os interesses do Estado e do povo do Paraná, que faz com que a ARENA pretenda levar a sessão até esta hora, para que num lapso de luz e de inteligência dos Srs. Deputados do MDB, se esclareça e entendam os Srs. que num entendimento amigável que numa atitude mais cordial, que num gesto de desprendimento, do autor do Requerimento, retirando-o, possamos conseguir, isso sim, defender o Estado do Paraná, defender os interesses do povo, tão conclamado por S. Exas. sem demagogia, apenas olhando uma realidade prática, sem fazer apelos demagógicos, mas procurando fazer um trabalho efetivo, em benefício de nosso Estado e do nosso povo.

Esse, Srs. Deputados, o apelo que faço à inteligência dos Srs. da bancada do MDB, para que atentem a essas palavras, não como um desafio, mas como um convite. um pedido que faço, isso sim, em nome do povo paranaense, para que reveja sua posição, e uma atitude conciliatória possa ser tomada.

O SR. DEL CIEL — (Pela Ordem). Sr. Presidente, solicitamos a palavra, pela ordem

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, artigo 97 parágrafo 5º dispõe que para usar da palavra, pela ordem, parágrafo 4º o Deputado deve citar o dispositivo do Regimento Interno em que se baseia

OSR. PRESIDENTE — O Deputado Del Ciel ainda não terminou sua questão de ordem

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Mas, justamente, o Deputado não citou o artigo do Regimento Interno

OSR. PRESIDENTE — Mas o Deputado Del Ciel ainda não teve tempo de citar o Regimento Interno.

Com a palavra o Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, eu estava começando quando o Deputado Quielse Crisostomo interrompeu-me.

A Minha questão de ordem se prende a uma informação.

Dado o adiantado da hora teria esta Presidência condições de suspensão dos trabalhos temporariamente para que cada parlamentar possa tomar sua refeição, ou pelo menos seu lanche, visto que a intenção dos Srs. Deputados e prolongar os debates até que todas as formas regimentais se esgotem?

OSR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem do nobre Depu-

tado Del Ciel, tenho a dizer que houve uma prorrogação da sessão por duas horas, aprovada por esta Assembléia.

Assim sendo, não vê a Mesa a forma de suspender a sessão que foi prorrogada

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, colaborando com a Mesa que tão bem dirige os trabalhos, queria lembrar o artigo 97, em vários pontos.

Primeiro, o Deputado não deve e não pode usar da palavra "pela ordem".

O art. 97, em seu parágrafo 5º, diz "sobre uma mesma questão de ordem, cada Deputado poderá falar somente uma vez".

O Deputado Del Ciel já fez uso da palavra "pela ordem" várias vezes sobre o mesmo assunto.

E mais ainda, Sr. Presidente, os Srs. Deputados estão fazendo uso da palavra "pela ordem" por tempo indeterminado. O tempo da palavra "pela ordem" é de 10 minutos.

O uso da palavra "pela ordem" deverá ser precedida da citação do Regimento Interno.

Ora, Sr. Presidente, estamos falando em refeições da Casa em palavra "pela ordem".

Pediria tão somente, Sr. Presidente, que tivéssemos o manuseio da palavra "pela ordem" para as várias questões.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem do nobre Deputado Quielse Crisostomo, a Mesa comunica que, de fato, o Regimento Interno insiste que os Srs. Deputados indiquem o artigo que está sendo infringido para ser concedida a palavra "pela ordem".

Entretanto, no pedido do Deputado Del Ciel estava S. Exa. se informando se havia possibilidade do encaminhamento do requerimento ou não.

Não vejo prejuízo algum a esta Casa o esclarecimento de uma questão de ordem se poderia ou não pedir a suspensão da sessão

Não vejo, também, que a Mesa tenha 'capengado' sobre o Regimento Interno tenha concedido a palavra ao Deputado Del Ciel. O Deputado Quielse Crisostomo tem razão, em princípio, no levantamento de Questão de Ordem.

O SR. ANTONIO FACCI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente Srs. Deputados.

Desde o momento em que o nobre Deputado Osvaldo Macedo fez seu primeiro pronunciamento nesta Casa sobre o problema TELEPAR, nós procuramos ouvi-lo com atenção, assim como também através dos jornais, as informações que poderiam esclarecer o que realmente estava acontecendo.

Vimos o seu Requerimento ser aprovado. Tem talvez razão, em parte, o Líder da ARENA, quando diz que o Governo está elaborando as informações para enviar a esta Casa. No entanto, Sr. Presidente, os acontecimentos e as notícias que se fazem sentir sobre o assunto estão provocando, e estão realmente a exigir uma atitude desta Casa, mais séria e imediata. Hoje vimos e ouvimos, num canal de televisão, um comentário a este respeito; estávamos à distância, e então, em seguida, procuramos ver e ouvir mais de perto; um comentarista político fazia referências a este problema da TELEPAR.

Denominava, aquele comentarista, o sistema de auto-financiamento, de verdadeira vaca leiteira que o povo compra, paga e entrega de mão beijada ao Governo que a ordenha e vende caro o leite ao povo. É isto realmente p. que ocorre com o telefone.

A presença do Sr. Secretário do Estado, longe de ser uma provocação do MDB, longe de ser pretensão nossa superior, é acima de tudo, a abertura franca ao diálogo que nós estamos pretendendo, está proposto no requerimento o que pretendemos

Não há segredos, poderá o Sr. Secretário vir à esta Casa, com tudo escrito, e dizer aos Srs. Deputados e esclarecer consequentemente ao Paraná, o que realmente acontece para não se dar margem mais, a nenhuma especulação e a nenhum cochicho de corredor.

Estou, Sr. Presidente, pela aprovação, e aqui está o apelo à Bancada da ARENA, que sei, sabe servir ao Paraná, para que ao invés de bem prosseguirmos por longo tempo discutindo o requerimento, para que em breves dias, todos nós possamos ter em nossa Casa a honra de receber o Sr. Secretário, para que possamos fazer frente às notícias e p. porque desta

celeuma, em torno do assunto. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para encaminhamento de votação, coloco o Requerimento dado pelo emente Deputado Enéas Faria, vazado nos seguintes termos: (Lê):

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja feita votação nominal ao Requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, convocando o Sr. Secretário do Interior,

Noel Lobo Guimarães, com referência à TELEPAR.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1975.

a) ENÉAS FARIA.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados. Os que aprovam o Requerimento respondam sim."

Os que discordam do Requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, respondam não.

Em votação o Requerimento. — *Aprovado.*

Gabriel Sampaio	não
Del Ciel	sim
Aguinaldo Pereira Lima	não
Maurício Fruet	sim
Fidelcino Tolentino	sim
Leopoldo Jacomel	não
Accioly Neto	não
Adalberto Daros	sim
Alfredo Gulin	...
Antonio Facci	sim
Aragão de Matos Leão	não
Basílio Zanusso	não
Dácio Leonel	não
David Federmann	...
Deni Schwartz	...
Domício Scaramella	sim
Edilson Alencar	...
Egon Pudell	...
Enéas Faria	sim
Ernesto Dal'Oglio	...
Ernesto Gnoato	sim
Ezequias Losso	não
Fabiano Braga Cortes	não
Francisco Escorsin	não
Fuad Nacli	...
Gabriel Manoel	não
Gilberto Carvalho	não
Hélio Manfrinato	sim
Ivan Rüppel	não
Ivo Thomazoni	não
Jayme Carvalho	sim
João Cioni Neto	não
José Domingos Scarpelini	...
Jorge Sato	não
Jurandir Messias	...
Lázaro Dumont	...
Lineu Turra	sim
Lúcio Machado	sim
Luiz Alberto Oliveira	...
Luiz Carlos Zuk	sim
Luiz Alberto Soares	...
Nelson Buffara	...
Muggiati Filho	...
Nilso Sguarezi	...
Osvaldo Macedo	sim

Otássio Pereira	sim
Quielse Crisóstomo	não
Rosário Pitelli	não
Trajano Bastos	sim
Valter Pietrângelo	sim
Waldenício Barbalho	...
Werner Wanderer	não
Wilson Fortes	...

O SR. OSVALDO MACEDO — (Questão de Ordem) Sr. Presidente, foi computado o voto do Deputado Alfredo Gulin?

O SR. PRESIDENTE — O Deputado Alfredo Gulin não estava presente

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, foi computado o voto do Deputado José Domingos Scarpelini?

O SR. PRESIDENTE — Só foram computados os votos dos Deputados presentes.

A Mesa anuncia o resultado da votação: 19 Srs. Deputados votaram "não"; 17 "sim".

Está REJEITADO o Requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 218/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3480/75 de 16 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários: AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS, ANTONIO CARLOS LACERDA, CLEA CARNEIRO TEIXEIRA, CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA, EUMENIA DE OLIVEIRA, LADY CUNHA, LUIZ FERNANDO FLORES, MYRTHES MAGDA GOMES, NEVINHA PIAZZA CARDOSO, RITA CELESTINO SOARES, SEBASTIÃO DE CRISTO e SÉRGIO ZACARIAS, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 219/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e com vista ao que dispõe o Art. 53, § 1º, da Lei Estadual nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná),

RESOLVE:

fixar o seguinte horário de trabalho para o pessoal da Casa que não presta serviços extraordinários, a vigorar a partir de 1º de Maio:

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA — das 12:00 às 18:30 horas.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 220/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3580/75, de 17 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, NIZÉ TRISTÃO PIETRÂNGELO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado VALTER PIETRÂNGELO, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 221/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar, WILFRED KOESTER, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 1º de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 222/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3581/75 de 17 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, ALBERTO MIGUEL, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 223/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3444/75, de 15 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a HILDA GUIMAR ARGUELO, ocupante do cargo de nível PL "23", de Oficial Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 224/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3575/75, de 17 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários: DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, RUY RIBAS DE OLIVEIRA, JOEL DA SILVA NATAL, LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOPO e JORGE KUDRI, todos os Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, — Diretor Geral.

PORTARIA Nº 225/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3419/75, de 15 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a ALBERTO SAVOIA ASSEF, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 226/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3468/75, de 15 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a DORIZON SALGADO BUENO e TEREZINHA RUPPEL GLUCK, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 227/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3738/75, de 22 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários: ARY NATAL CHEMIN, RUTH CARVALHO DE MELLO, JOSÉ ROSA FILHO, ATILIO PEREIRA DE LIMA e MANOEL PINHEIRO CANGUSSU, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 228/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 173/75, de 22 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários: JOSÉ ARY NASSIF, AREODIVA MANN DE SOUZA, ROQUE DE CRISTO, ANTONIO DA SILVA e WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO, todos os Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO -- Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 220/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1593/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E I

mandar incorporar, paratodos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo do serviço público de MARIA ALBA MENDES SILVA GASTÃO BARBOSA XAVIER, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os seguintes períodos de tempo:

- a) — um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio compreendido entre 20 de julho de 1951 e igual data de 1961;
- b) — um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio compreendido entre 20 de julho de 1961 e 20 de julho de 1970, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio; e,
- c) — seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 20 de julho de 1970 e 20 de agosto de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1964, 65, 66, 69 e 1970, e de quinze (15) dias de 68, contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 23 de abril de 1975,

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 222/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1928/75, de 12 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº

6174, de 16 de novembro de 1970, incorporar ao acervo do serviço público de RAUL WOLF, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de atividades Gerais do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 31 de janeiro de 1967 e 03 de setembro de 1971; antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1967 e 1969, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 223/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 40/75, de 06 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E

- I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de HILTON RONALD ALICE, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1974, que deixou de gozar; e,
- II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 31 de janeiro de 1968 e igual data de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 225/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 974/75, de 13 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

- I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de EMERENTINO DA CRUZ PACCA, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar; e,
- II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei a partir de 21 de janeiro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário